

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA**

Mercedes Barzotto Tagliari

**UMA APROXIMAÇÃO AO COMBATE À POBREZA NA COOPERATIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COOPERMAR DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC**

Porto Alegre

2017

Mercedes Barzotto Tagliari

**UMA APROXIMAÇÃO AO COMBATE À POBREZA NA COOPERATIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COOPERMAR DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC**

**Trabalho de Conclusão de Curso em Administração
Pública Contemporânea, apresentado como
requisito parcial à obtenção do grau de Especialista
em Administração Pública Contemporânea do
Curso de Especialização em Administração Pública
Contemporânea UFRGS/EA.**

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

Porto Alegre

2017

MERCEDES BARZOTTO TAGLIARI

**UMA APROXIMAÇÃO AO COMBATE À POBREZA NA COOPERATIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COOPERMAR DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública Contemporânea, foi julgado adequado para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública Contemporânea do Curso de Especialização em Administração Pública Contemporânea UFRGS/EA.

Aprovado em/..... /.....

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara
Orientador

Prof. Dr. Davide Carbonai

Ao meu marido João Carlos,
pelo apoio, suporte e incentivo nos momentos de angústia e indecisão.

Primeiramente agradeço a Deus pela vida!
Pela saúde para poder realizar esse trabalho.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
a Escola de Administração,
que por meio do seu corpo docente e sua infraestrutura,
possibilitaram meu desenvolvimento através da especialização.

Ao Orientador Professor Doutor Guilherme Dornelas Camara,
que com paciência e dedicação mostrou-se presente em cada etapa deste trabalho.

A Tutora Rita Nagem,
pelo apoio incomum, suporte total a qualquer hora ou dia
com uma infinita paciência e carinho.

Ao meu marido João Carlos,
pela paciência, apoio e companheirismo durante todo o tempo.

Aos meus filhos Guilherme e Giordano,
pelo apoio financeiro e incentivo a não desistir nas dificuldades que surgiam.

Aos meus sogros Sady e Cleonice,
pela acolhida em sua casa
quando da realização das provas e torcida para que tudo fosse bem.

Aos meus colegas de curso,
pela colaboração, apoio e suporte nesta etapa.

A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis,
Coopermar de Balneário Camboriú, SC,
pela oportunidade de aprendizado, e inspiração para realização do trabalho.

A todos que colaboraram
direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

"Só posso compreender um todo se conheço, especificamente, suas partes.

Mas, só posso compreender as partes, se conheço o todo".

(Blaise Pascal)

RESUMO

Este estudo objetiva analisar as práticas organizacionais da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (Coopermar) e os reflexos destas práticas no combate à pobreza. Para responder à pergunta 'Como as práticas de organização da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – Coopermar contribuem para a superação da situação de pobreza dos envolvidos?' utilizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, com enfoque exploratório cuja análise interpretativa se dá à luz do referencial teórico. Foi adotado como instrumento de coleta de dados questionário semiestruturado. A diminuição da pobreza no Brasil é resultado da implantação de um modelo de desenvolvimento que tem como síntese o crescimento econômico com distribuição de renda. Partindo-se desse princípio geral, a mobilização da União, estados, municípios e particulares, criando e alterando um conjunto de normas contribuiu para tirar da invisibilidade e levar ao reconhecimento os catadores de lixo como agentes da prestação de um serviço público. Inserida neste contexto, encontra-se a Cooperativa Coopermar, cujo principal objetivo é a geração de renda através da reciclagem e a inclusão social, ajudando a integrar pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incorporando-os, ao meio de trabalho, proporcionando novas oportunidades. Essa pesquisa possibilitou entender a realidade social dos catadores e demais membros da Coopermar dentro do contexto da obtenção de renda, bem como, um trabalho de resgate social contribuindo para a geração de renda para a população mais carente, considerando-se potencialidades e possibilidades de parcerias e articulações, frente ao objetivo maior da mesma em assumir a coleta na região e a chance de crescer não apenas recebendo, mas também fazendo a coleta seletiva na cidade.

Palavras-chave: Pobreza. Reciclagem. Cooperativas. Geração de renda.

ABSTRACT

This study aims to analyze the organizational practices of the cooperative of collectors of recyclable materials (Coopermar) and the reflexes of these practices in the fight against poverty. To answer the question 'How the organization practices of a Cooperative of Collectors of Recyclables – named Coopermar contribute to overcoming the poverty of its members?' a qualitative research was held. It is an exploratory approach which interpretive analysis is given in the light of the theoretical reference. Data was collected throughout a semistructured questionnaire. The diminishing of poverty in Brazil is the result of the implantation of a development model that has as synthesis the economic growth with distribution of income. Buildt on this general principle, the mobilization of the Union, states, municipalities and private individuals, creating and amending a set of rules, has contributed to the removal of invisibility and to the recognition of collectors of recyclable materials as agents of the provision of a public service. Included in this context is the Coopermar Cooperative, which main objective is to generate income through recycling and social inclusion, helping to integrate socially disadvantaged people, incorporating them into the work environment, providing new opportunities. This research made it possible to understand the social reality of the collectors and other members of Coopermar within the context of obtaining income, as well as a social rescue work contributing to the generation of income for the most needy population, considering potentialities and possibilities of partnerships and articulations, in front of the greater goal of the same in assuming the collection in the region and the chance to grow not only receiving, but also doing the selective collection in the city.

Keywords: Poverty. Recycling. Cooperatives. Income generation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A importância da reciclagem.	18
Figura 2 – Leis que formam a Política Nacional de Resíduos Sólidos	20
Figura 3 – Imagem do Galpão - sede Coopermar – Balneário Camboriú – SC.	31
Figura 4 – Imagem do mesmo Galpão – sob outro ângulo.....	32
Figura 5 – Materiais antes da Triagem	32
Figura 6 – Cooperados fazendo separação de materiais na esteira, sem luvas.....	39
Figura 7 – Material entregue à Cooperativa	40
Figura 8 – Quadro 1 com as atividades dos cooperados estabelecidas para a semana.....	43
Figura 9 – Quadro 2 com as atividades dos cooperados estabelecidas para a semana.....	44
Figura 10 – Fotografia premiação dos vencedores: Alunos da AVANTIS e membros Coopermar.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA COMPREENDER A POBREZA E SEU COMBATE	13
1.1 UM OLHAR POLÍTICO DA POBREZA.....	14
2 RECICLAGEM E LIXO	17
2.1 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS	19
3 PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS	22
4 OBJETIVOS	24
4.1 OBJETIVO GERAL	24
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	24
5 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	25
6 PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS NA COOPERMAR: Uma aproximação ao combate à pobreza	28
6.1 As frágeis relações entre a Coopermar e o poder público.....	49
7 CONSIDERAÇÕES GERAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A: DIÁRIO DE CAMPO	58

INTRODUÇÃO

A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento. Não dá para esquecer que em nossa história, há o peso da oligarquia e do autoritarismo que, muitas vezes, precisaram ser enfrentados para que os direitos fossem reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade. Nossa sociedade, historicamente desigual, funda-se em uma grande “maioria sem lugar”; é uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias (YAZBEK, 2005).

Segundo Yazbek (2012), a pobreza é parte de nossa experiência diária, em que os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida, como o aviltamento do trabalho, o desemprego, trabalhos precários e intermitente, os que se tornaram não-empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo.

Esses são sinais que, muitas vezes, anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e oprimidos na sociedade. Os pobres “representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira” (YAZBEK, 2005, p. 218).

De acordo com Demo (1996), a insuficiência de renda representa fenômeno decisivo na vida das famílias, mas é principalmente decorrência da precariedade da cidadania histórica. Para ele, o centro da pobreza é a desigualdade e não, portanto, a insuficiência de renda, mas a exclusão política.

Esse mesmo capitalismo, cujos princípios econômicos e valores básicos estão voltados para o consumismo faz surgir outros problemas, dentre os quais o crescimento da produção de resíduos sólidos urbanos. De um lado, a produção e o consumo de riquezas gera lixo, de outro, a população empobrecida se expande ao mesmo passo, como contrapartida da produção de riquezas. Numa sociedade educada para consumir, o aumento na produção de lixo vem causando sérios danos ao meio ambiente normalmente causado pelo tratamento e destino inadequado desse lixo e desses resíduos sólidos. Esses mesmos resíduos, muitas vezes, são aquilo que sobra da riqueza para os pobres.

Segundo Dall’Agnol e Fernandes (2007), problemas relacionados ao lixo têm

mobilizado as mais diversas áreas do conhecimento no sentido de desenvolver tecnologias e propor alternativas com a intenção de minimizá-los. Uma das alternativas mais difundidas, estudadas e incentivadas atualmente é a reciclagem de materiais. Para viabilizar e estimular a reciclagem, muitas cidades realizam a coleta seletiva, disponibilizando os materiais aos recicladores em unidades de triagem que constituem diferentes associações. Um aporte possível de nosso campo de conhecimento é, portanto, analisar as práticas organizacionais levadas a cabo no interseccionamento entre iniciativas de minimizar o lixo e aliviar a pobreza.

Essa pesquisa acontece no município de Balneário Camboriú (SC), que está, a partir deste ano de 2017, estruturando uma política de gestão de resíduos sólidos com vários encontros para discussões sobre estes e a uma cooperativa local de catadores (JORNAL PÁGINA 3, 2017). No município encontra-se a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – Coopermar, que chama a atenção. Seu principal objetivo é a geração de renda através da reciclagem e a inclusão social, ajudando a integrar pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incorporando-os ao meio de trabalho e proporcionando novas oportunidades. Segundo divulgação e informação veiculada em jornal local, o Executivo municipal, a Promotoria Pública e o Legislativo Municipal, todos estão apoiando a adequação e melhorias que a Coopermar necessita. A Coopermar entende que realiza um serviço muito importante para a cidade e quer a devida contrapartida dos órgãos públicos (JORNAL PÁGINA 3, 2017).

A Coopermar apresenta um conjunto alternativo de práticas organizacionais, tendo que ampliar os conhecimentos a respeito de gestão coletiva, processos democráticos de tomada de decisão através do consenso, entre outros. Segundo Misoczky *et al.* (2008), o tema da autogestão e da auto-organização tem sido marginalizado no campo dos estudos organizacionais, onde encontram dificuldades de observar arranjos organizacionais diferentes daqueles que são produzidos e continuamente produzem a teoria hegemônica. A obsessão pelo hierarquismo torna incapaz o reconhecimento de outras práticas organizacionais já existentes em alguns modelos de organizações alternativos.

Ainda, segundo os autores, nos modelos alternativos de práticas organizacionais, como as associações e cooperativas, os indivíduos são livres para se associar como julgarem mais convenientes e, o processo organizativo é constituído por práticas organizacionais estipuladas a partir do trabalho em grupo e

sob a coordenação do próprio grupo. As relações horizontais são facilitadas neste modelo de organização, principalmente nas de menor e médio porte e, as interações entre seus membros são mais diretas.

Em vista do exposto até aqui, a pergunta de pesquisa é: Como as práticas de organização da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – Coopemar contribuem para a superação da situação de pobreza dos envolvidos?

Essa pesquisa contribui não só para entender a realidade social dos catadores e demais membros da Coopermar dentro do contexto da obtenção de renda, mas também com a finalidade de agregar experiências positivas em relação ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade, de pobreza econômica, de pobreza política e de práticas organizacionais alternativas, para reconhecer e aumentar oportunidades e potencialidades existentes dentro da Cooperativa, bem como as possibilidades de parcerias e articulações com o poder público, empresas privadas e sociedade civil.

1 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA COMPREENDER A POBREZA E SEU COMBATE

De acordo com Yazbek (2012), a noção de pobreza é ampla e supõe gradações e embora seja "uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta" usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social.

Ainda segundo Yazbek (2012), uma abordagem quanto àqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a equipamentos públicos e bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza.

Diz Yazbek (2012) que a pobreza está relacionada àqueles privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; àqueles trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; àqueles desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida.

Conforme Ivo (2006), a transição democrática na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, colocou as ações do Estado no combate à pobreza como compromisso ético e político prioritário, porém, considera essa centralidade da agenda social em favor da erradicação da pobreza um dissenso, devido à forma como os diferentes atores sociais entendem e diagnosticam a questão social, da desigualdade e da pobreza. Considera o tratamento da questão da pobreza pelas políticas sociais atuais, influenciado pela política neoliberal e afirma que as mesmas

sofrem rupturas constantes ao conceber a existência da pobreza como injustiça social, resultado do desenvolvimento desigual e excludente.

1.1 UM OLHAR POLÍTICO DA POBREZA

De acordo com Demo (1996), a pobreza não diz respeito apenas a restrições quantitativas, sobretudo renda, mas está relacionada principalmente a incapacidades qualitativas. O autor critica e considera deficiente o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (RDH) no Brasil de 1996, bem como todos os outros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por estratégias de combate à pobreza que levam em conta apenas a pobreza como insuficiência de renda.

De acordo com Demo (2006), embora a pobreza, à primeira vista, pareça reduzir-se a carências materiais, cada vez mais a mesma é aceita e reconhecida como dinâmica política. Principalmente na centralidade mais cruel da questão da desigualdade que seria “o confronto entre minorias que comandam a cena e maiorias que sustentam os privilégios dessas minorias”. E ainda, pobreza política sugere que o pobre não padece apenas de carestia material, mas de não saber pensar, o que o impede de ser sujeito crítico e criativo, de sua condição sócio histórica.

Nesse sentido assegura Demo (2006), que o ser humano “político” é capaz de fazer história própria, individual e coletiva, é capaz de ilimitadas conquistas, desenvolver-se, desconstruir e reconstruir, mas esta reconstrução deve vir acompanhada pela ética do ser humano.

Trata-se, pois, da cidadania, compreendida como a competência de tomar, pela consciência crítica, a história nas mãos e torná-la bem comum. E esta é a meta central do processo educativo, ou seja, de gestar sujeitos históricos devidamente instrumentados no conhecimento, para intervir melhor na história. Intervir melhor significa precisamente não permanecer apenas na intervenção, mas fazer dela bem comum (DEMO, 2006. p. 68).

Ainda com relação à dimensão estrutural da pobreza e nas suas dimensões políticas, Ivo (2006) destaca que as ações devem ser no sentido de orientar e afirmar positivamente mecanismos integrativos na construção e formação de um poder cidadão, em vez de considerá-la no âmbito das relações de dependência, autonomia e isolamento que acabam por operar uma separação perigosa entre

sociedade e política.

Corrobora Demo (2006, p. 4) mencionando que

Politicamente pobre é o escravo que se vangloria da riqueza de seu patrão, não atinando que esta riqueza lhe é devida, pelo menos em parte; é o oprimido que espera sua libertação do opressor; é o ser humano reduzido a objeto e que mendiga direitos; é quem faz a história do outro, a riqueza do outro, os privilégios do outro e, com isso, é coibido de história própria. Não só é destituído de ter, é principalmente destituído de ser, ainda que não seja o caso interpor qualquer dicotomia entre ter e ser. Presume-se, porém, que a esfera do ser é mais profunda e comprometedora, donde segue que o conceito de pobreza política certamente é mais explicativo desta complexidade.

As políticas sociais, a partir da década de 1980 são de caráter compensatório e se constituem em um sistema de ação complexo, de casualidades múltiplas, onde se encontram vários atores em luta: o Estado, envolvendo a diversidade de lógicas e aparelhos; os atores em situação de exclusão; mediadores; agências internacionais de solidariedade e regulatórias, todos com visões distintas e percepções diferenciadas que condicionam o alcance das políticas relacionadas a questões da desigualdade e da pobreza e, que buscam resolver as contradições entre a apropriação e distribuição da riqueza sem, porém, se constituírem em direitos. A política focalizada e uma suposta convergência entre contrários fazem com que a “retórica da pobreza”, constituir-se-ia mecanismo de “consentimento ampliado” que atende à agenda neoliberal, traduzindo-se em ações técnicas focalizadas, de caráter gerencialista, comunitária e mitigadora da pobreza (IVO, 2006).

Outra análise da questão da pobreza pode-se verificar quando Yazbek (2012) evidencia as características neoliberais da política social brasileira quanto às necessidades sociais da população que não estão sendo atendidas pelo sistema capitalista e pelo poder público.

Cabe lembrar que esse deslocamento, que tem como expressão maior o crescimento do Terceiro Setor, vai inserir-se nos processos de reestruturação dos sistemas de proteção social e de política social em geral, processos que, por sua vez, se explicam nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado e que vêm sendo implementados, particularmente em sua periferia, por meio de uma reversão política neoliberal caracterizada, entre outras coisas, pela destituição de direitos conferiam um caráter público à demanda por direitos sociais (YAZBEK, 2002, p.10).

O caráter estrutural da pobreza no contexto neoliberal fica evidenciado por Yazbek (2012) ao afirmar que os sinais expressam também o quanto à sociedade

pode tolerar a pobreza e banalizá-la. Principalmente, diante da profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro. Bem como, pela incompatibilidade validada pelo discurso, pela política e pela sociabilidade concebida pelo pensamento neoliberal, o qual, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e "inadaptados" à vida social, não reconhece seus direitos sociais.

2 RECICLAGEM E LIXO

Separar corretamente o lixo é uma atitude ambiental e socialmente correta. Cada lata, embalagem *tetrapak*, papelão, papel, garrafas de vidro e *pets* condicionadas corretamente se transformam em renda para os catadores e suas famílias. Isso porque a lei federal que estabelece as diretrizes para o saneamento básico já definiu, em 2007, que as cooperativas e associações de catadores de recicláveis devam ser contratadas pelas empresas responsáveis pela coleta de lixo e limpeza urbana nos municípios, é o que diz a presidente do Instituto Eco Cidadão em entrevista ao jornal local “O Diarinho”.

Segundo o Instituto Eco Cidadão, na pessoa de sua presidente e Coordenadora do Programa Lixo Zero, “a reciclagem que temos hoje nas cidades não é por causa das concessionárias de serviços. É graças aos catadores. Infelizmente, o poder público não dá estrutura e não valoriza o suficiente para que o manejo de resíduos dê certo”.

Desde agosto de 2010, segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) (2014), a nova lei sobre resíduos sólidos urbanos prioriza a participação dos catadores a partir da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população. Eles são considerados essenciais para o fim dos lixões e para a implantação da coleta seletiva nos municípios juntamente com as cooperativas de reciclagem. O Decreto Federal 7.404 definiu como a legislação será implantada prevendo parcerias, incentivos financeiros, capacitação e melhoria da produção e das condições de trabalho das cooperativas.

Existem recursos destinados a investimentos na infraestrutura de limpeza urbana, instalação de aterros sanitários, aquisição de equipamentos, organização de cooperativas de catadores, implantação de sistemas de coleta seletiva, entre outros. A liberação desses recursos está condicionada ainda, a uma contrapartida de recursos do município e do estado, à existência de Empresa Municipal de Limpeza Urbana e à conformidade dos projetos com as normas ambientais (PNRS, 2010).

As políticas públicas voltadas aos catadores deverão observar a possibilidade de dispensa de licitação para contratação de cooperativas o estímulo à capacitação e o fortalecimento institucional de cooperativas, segundo o Decreto Nº 7.404 de 23/12/2010, Título V, Art. 44, I e II (PNRS, 2010).

A União e os órgãos ou entidades a ela vinculados darão prioridade no

acesso aos recursos para os Municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda Decreto Nº 7.404 de 23/12/2010, Título X, Art. 79, II. (PNRS, 2010).

Abaixo, conforme a Figura 1, um quadro elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente sobre a importância da reciclagem:

Figura 1 - A importância da reciclagem.

POR QUE É IMPORTANTE RECICLAR

 A reciclagem de uma única lata de alumínio economiza energia suficiente para manter uma TV ligada durante três horas;

 Uma tonelada de papel reciclado economiza 10 mil litros de água e evita o corte de 17 árvores adultas;
Cada 100 toneladas de plástico reciclado economizam 1 tonelada de petróleo;

 Um quilo de vidro quebrado faz 1 kg de vidro novo e pode ser infinitamente reciclado;

 Para produzir 1 tonelada de papel é preciso 100 mil litros de água e 5 mil KW de energia. Para produzir a mesma quantidade de papel reciclado, são usados apenas 2 mil litros de água e 50% da energia;

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Fonte: Jornal O Diarinho, 2015.

De acordo com Tavares (2013, p. 123), no caso dos catadores, parece mais adequado falar em “inclusão dependente”, para evidenciar que as condições econômicas, sociais, culturais e subjetivas na qual estão inseridos são resultados de um modelo de desenvolvimento econômico no qual a informalidade, a precarização das relações de trabalho, os baixos rendimentos são fatores que contribuem para a lucratividade dos atravessadores, donos dos depósitos, usinas de beneficiamento e fábricas que trabalham com reciclagem. No mesmo sentido, segundo o autor, as Leis, políticas públicas, ações governamentais ou não governamentais e campanhas midiáticas, ao legitimarem a reciclagem como “direito” ou prática social, sem, no entanto, atentar para as condições de dignidade e autonomia dos catadores, os

coloca não em uma situação de exclusão, mas sim de uma “inclusão perversa”.

Segundo Tavares (2013, p. 119), o trabalho de catação para diminuir o volume de resíduos sólidos no meio-ambiente associa de forma direta o trabalho dos catadores à noção de consciência ambiental, e do descarte “ambientalmente correto” daquilo que a sociedade descarta. No entanto salienta o autor, “na prática, podemos observar que o trabalho de coleta tem mais características de uma luta diária pela sobrevivência, sendo motivada fortemente pelo retorno econômico que a atividade pode gerar”. E afirma que a questão é bem mais ampla do que formar associações ou cooperativas.

Para o autor supracitado, se faz necessário refletir sobre os processos que produzem a estigmatização do catador, o que, em última instância, nos remete à crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente e ao próprio sistema de valores hegemônicos na sociedade. Bem como, deve-se oferecer subsídios para o seu confronto, lançando um olhar mais direcionado ao trabalho do catador, a fim de aprimorar o entendimento dos aspectos políticos, econômicos, culturais e subjetivos da atividade que realizam (TAVARES, 2013, p.119).

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PNRS

A Lei 12.305/10 aprovada em 2010 é a Lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual foi um marco legal na defesa do meio ambiente no Brasil. Uma das determinações é que os lixões de fossem fechados até agosto de 2014. Entretanto, o prazo foi estendido até 2018 para capitais e regiões metropolitanas, até 31 de julho de 2019 para municípios com mais de 100 mil habitantes, 2020 para cidades entre 50 a 100 mil habitantes e até 2022 para aqueles com população menor que 50 mil. A PNRS também estabelece a coleta seletiva, reciclagem, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente correta dos rejeitos. A lei também instituiu a logística reversa obrigando fabricantes, distribuidores e vendedores a recolher lâmpadas, eletroeletrônicos, baterias, pilhas, embalagens de agrotóxicos para que possam ser tratados e destinados corretamente.

A seguir, na Figura 2, o arcabouço de leis envolvendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Figura 2 – Leis que formam a Política Nacional de Resíduos Sólidos



Fonte: Jornal O Diarinho

A PNRS estabelece automaticamente o caminho para a criação de toda a indústria de reciclagem, usinas de biogás e compostagem ao combinar alguns fatores como:

- A criação de uma hierarquia que deve ser observada para a gestão dos resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória.
- O apoio central à inclusão produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, priorizando a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.
- O objetivo de que os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos tenham garantidos a sua sustentabilidade operacional e financeira, com a adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados. Pela Lei 11.445/2007, não têm validade os contratos que não prevejam as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços públicos, incluindo o sistema de cobrança, a sistemática de reajustes e revisões, a política de subsídios entre outros

itens.

O Programa Nacional de Resíduos Sólidos integra quatro ministérios e tem como objetivos: a organização dos catadores, visando sua emancipação econômica; a ampliação dos serviços, com inclusão social e sustentabilidade dos empreendimentos de limpeza urbana; redução, reutilização e reciclagem de resíduos e erradicação dos lixões. A inclusão desses objetivos em um plano municipal de gerenciamento integrado de resíduos é um dos critérios de elegibilidade dos municípios a serem beneficiados pelas linhas de financiamento do Programa.

A Coopermar de Balneário Camboriú foi regulamentada pela Lei nº 3954, de 2016 onde “Declara de utilidade pública a Cooperativa de Materiais Reciclável de Balneário Camboriú - Coopermar e dá outras providencias”:

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cooperativa de Material Recicláveis de Balneário Camboriú - COOPERMAR, organização sem fins lucrativos, portadora do CNPJ nº 11.673.189/0001-08, situada a Rua 901, sala 208, Bairro Centro, CEP 88.330-725, nesta cidade.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior ficam assegurados todos os direitos previstos em Lei.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar anualmente, ao Poder Legislativo Municipal, até 30 de junho do exercício subsequente, para devido controle e identificação, sob pena de revogação da declaração, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 05 de julho de 2.016.

3 PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS

Para Verbeke citado por Bedani e Veiga (2015) as práticas organizacionais seriam teorias em uso que representam os comportamentos e procedimentos típicos adotados pelos membros da organização. Durante o processo de socialização, os funcionários desenvolvem estas teorias em uso, assim, podem agir e reagir e improvisar em situações de trabalho específicas.

De acordo com Bedani e Veiga (2015, p. 5), as práticas representam primordialmente um conjunto de conhecimentos tácitos, circunstância que dificulta sua comunicação verbal entre os membros da organização. Assim, a aprendizagem das práticas depende do engajamento das pessoas na execução das tarefas e da participação do grupo na solução dos problemas organizacionais.

Dentre algumas práticas organizacionais encontradas no que se costumou chamar de 'modelos alternativos', como autogestão e auto-organização encontrados em associações e cooperativas, os autores Misoczky *et al.* (2008), citam a gestão coletiva; desenvolvimento de saberes coletivos na gestão; processos democráticos de tomada de decisão; práticas organizacionais coletivas; constituição de instâncias deliberativas; delegações para execução das decisões tomadas pelo coletivo; decisão coletiva para firmar regras de conduta; definição de propostas comuns e a utilização da tomada de decisão através do consenso; garantia do direito à palavra para todos; responsabilidade individual e coletiva, uma vez que as decisões envolvem a todos e as consequências ou resultados positivos ou negativos vão recair sobre todos igualmente; responsabilidade pela execução das próprias atividades sem a necessidade de controle; definição de uma nova cartografia do poder organizacional definida pela dinâmica das ações coletivas e pela construção do poder desde baixo. E quanto à responsabilidade, todos os deveres assumidos individual ou coletivamente para com a organização devem ser cumpridos conforme as decisões previamente compartilhadas na Assembleia Geral.

No que diz respeito à Assembleia Geral, os autores dizem que esse é o órgão deliberativo máximo da organização horizontal e, portanto, composto por todos os seus membros. No espaço dessas Assembleias todos podem emitir suas opiniões, escutar e avaliar os argumentos dos demais para que a melhor decisão seja tomada por consenso. Isso significa que todas as pessoas precisam compartilhar as informações necessárias para a discussão de determinado tema. Essa prática

viabiliza que todos se posicionem na tomada de decisão.

Ainda de acordo com os autores, nas práticas organizacionais horizontais as decisões e a execução das decisões são submetidas ao coletivo. As relações de poder são expressas através da participação direta de todos nas decisões e, quando uma atividade é executada por alguns é o coletivo que a executa através daqueles que estão autorizados a executá-la.

O que é percebido, portanto, é que as decisões são coletivas e, como a execução das decisões tomadas pelo coletivo não podem ser realizadas por todos, é, então, utilizado o recurso da delegação autorizada. Isso significa que quem executa determinada atividade o faz executando os desejos do coletivo, com um mandato temporário e revogável a qualquer tempo por esse mesmo coletivo. Desse modo, as atividades delegadas têm caráter essencial, e a responsabilidade individual e coletiva dos delegados para com a realização das atividades é exigida para o funcionamento da organização. Assim, a pessoa ou o grupo investido de autoridade pelo coletivo, quando exige o cumprimento de determinada tarefa, o faz em nome do coletivo organizacional e, ao fazê-lo, ao mesmo tempo, está obedecendo a esse coletivo (MISOCZKY; *et al.*, 2008).

Entre as categorias fundamentais que constituem as práticas organizacionais horizontais podem ser destacadas: Assembleia Geral como órgão deliberativo máximo; delegação autorizada para cargos temporários revogáveis a qualquer tempo; regras determinados em Assembleia, isto é, pelo coletivo; igualdade de participação ou poder de decisão; tomada de decisão por consenso e em último caso por votação; compartilhamento das informações por todos; inseparabilidade entre os meios e o coletivo organizacional; documentação dos processos administrativos e sua ampla divulgação; instâncias explícitas de tomada de decisão.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas organizacionais da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – Coopermar e os reflexos destas práticas no combate a pobreza.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Caracterizar o contexto socioeconômico em que a Coopermar e seus associados desenvolvem suas atividades.
- b) Identificar dentre as práticas organizacionais da Coopermar quais as que influenciam substancialmente para a melhoria nas relações de trabalho, cooperação e articulação entre cooperados.
- c) Caracterizar como as práticas contribuem para superação da situação de pobreza, em todas as suas dimensões, econômica, política, social, pelos cooperados da Coopermar.
- d) Confrontar as práticas identificadas com as categorias apresentadas no referencial teórico, visando subsidiar futuras estratégias de combate a pobreza através de tecnologias sociais ainda não difundidas pela Coopermar.

5 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa em questão, eminentemente qualitativa, apoia-se nas orientações de Godoy (1995) para estudos de caso. Segundo Godoy (1995), esta é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real. A variedade de dados coletados, nas mais diversas etapas da pesquisa e por meio de várias fontes de informação tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista.

Com isso, a pesquisa realizada sobre a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú - Coopermar é uma pesquisa de caráter qualitativo, com enfoque exploratório cuja análise interpretativa se dá à luz do referencial teórico. Alguns dados quantitativos também são utilizados, como, por exemplo, o número de cooperados que fazem parte da Coopermar, número de homens cooperados e número de mulheres que são cooperadas.

Como método de coleta de dados neste estudo de caso foi utilizado questionário semiestruturado, entrevista com áudio e vídeo com o Presidente, Vice-Presidente da Cooperativa e também com alguns outros cooperados, sendo três homens e três mulheres, cujos nomes são fictícios, vejamos:

Davi: 24 anos, cursou somente o ensino fundamental, está há quatro anos na Cooperativa, antes estava desempregado e era morador de rua; Adão: 55 anos, cursou somente o primário, está há três anos na Coopermar, era morador de rua e estava desempregado antes de entrar para a Cooperativa; Zé: 46 anos, cursou somente o primário, há dois anos na Cooperativa, estava desempregado e era morador de rua antes de se tornar cooperado; Estela: 23 anos, tem dois filhos, cursou o ensino fundamental e abandonou a escola, está na Cooperativa há um ano e meio, estava desempregada e com dificuldades de arrumar emprego devido à falta de instrução; Maria: 58 anos, só cursou o primário, está há cinco anos na Cooperativa, antes só ficava em casa fazendo as atividades do lar e cuidando dos filhos que hoje já estão adultos; Salete: 22 anos, tem quatro filhos, cursou o ensino fundamental, estava desempregada e não conseguia emprego porque não tinha onde deixar as crianças, está há dois anos na Cooperativa e deixa os filhos na creche para ir trabalhar.

Quanto à renda que obtém da venda da reciclagem, os Cooperados e o Presidente disseram que depende da quantidade do material que conseguem

reciclar, mas que fica em torno de R\$700,00 (setecentos reais) mensais para cada cooperado, as quatro cestas básicas que recebem da Assistência Social são para as refeições que acontecem na Cooperativa mesmo, se sobrar algum mantimento os Cooperados podem levar para casa, por exemplo, farinha de mandioca, sal, que segundo a Vice-Presidente da Cooperativa e responsável pela administração das cestas básicas são os produtos usados em menor quantidade. Foram feitas anotações no diário de campo e, também, fotografias que subsidiaram ilustrativamente a análise, complementando os dados primários.

Alguns dados que constam deste estudo também foram retirados através de registros fotográficos, internet, jornais entre outros, mas a maioria dos dados foi coletada na sede da Cooperativa. Os dados colhidos do ambiente propiciam um melhor entendimento da realidade e servem de base para a análise das práticas organizacionais da Coopermar e métodos de enfrentamento da pobreza utilizados por esta Cooperativa.

É preciso ter clara a perspectiva de totalidade, ter uma visão sistêmica da Cooperativa e cooperados, o funcionamento, as práticas organizacionais da Cooperativa em relação ao combate a pobreza nas suas diversas dimensões para não perder os focos de interesse específicos.

Como escolha de estratégia de coleta de dados primários, foi escolhida a dos Grupos Operativos. De acordo com Castanho (2012) está aumentando o número de profissionais que trabalham com pequenos grupos, principalmente de modo empírico, sem o suporte de uma teoria de grupo. O referencial de Grupos Operativos embora muito citado, ainda seja pouco conhecido de fato, principalmente os de caráter práticos. Diz ainda que em um sentido abrangente se pode chamar um grupo de operativo na medida em que nele se identifica o acontecer da espiral dialética. Já em um sentido estrito, se deve referir a grupo operativo como técnica de intervenção. E complementando:

O manejo de grupos restritos – até 25 pessoas – é parte do trabalho de vários profissionais nos dias de hoje, sobretudo com aquele trabalho que tem dentre seus objetivos a promoção do bem-estar psíquico dos membros do grupo. Esse tipo de trabalho nos remete a concepções mais ou menos consciente sobre o estar humano em conjuntos e sobre os modos e objetivos de intervenções nesses conjuntos (CASTANHO, 2012, p. 2).

Tendo definido o grupo como unidade de análise no estudo em questão se pergunta: Como ver e trabalhar com o grupo? Tendo que diferenciar o grupo de uma

simples soma de integrantes e focar no que ocorre entre os membros, e não em cada um, no qual pode surgir o questionamento de como a entidade "grupo" se expressa.

As entrevistas realizadas com os membros do grupo aconteceram de agosto a setembro do corrente ano. Elas foram entrevistas curtas e rápidas, em linguagem informal e no próprio ambiente de trabalho dos cooperados, favorecendo a compreensão das dinâmicas de trabalho e das práticas de organizar dos cooperados. À medida que foram sendo coletados os dados através das observações, entrevistas e documentos consultados, foi feito concomitantemente, a análise desse material à luz dos elementos teóricos já apresentados.

6 PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS NA COOPERMAR: Uma aproximação ao combate à pobreza

A Coopermar foi fundada em 2008 e desde 2010 está sediada na Rua Floresta Negra, na Várzea do Ranchinho, local próximo a BR 101, em Balneário Camboriú (SC). Por meio de uma entrevista ao Presidente se conheceu um pouco da história da Cooperativa.

O Presidente falou do início das atividades como catador, que veio a Balneário Camboriú pela promessa de vida melhor, cidade em crescimento e qualidade de vida e “*não era bem assim*”¹. No gargalo da situação se viu obrigado a começar com a reciclagem e soube que já existia uma Cooperativa de reciclagem no Município. Nesse momento percebeu que os antigos catadores da cidade estavam sendo barrados pela Lei Municipal 2.802/2008 que tirava o catador da rua. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5915/2010:

Dispõe sobre a padronização, ordenamento e circulação dos carrinhos movidos por propulsão humana, utilizados pelos trabalhadores informais, na coleta de resíduos sólidos recicláveis, nos logradouros públicos, no âmbito do município de Balneário Camboriú, e dá outras providências.

Disse então que, percebendo a necessidade de se organizar melhor, se reuniram e decidiram que deveriam lutar para continuar com o trabalho, pois não estavam mais sozinhos, existia agora um Movimento Nacional dos Catadores. “*Agregamos-nos a esse movimento que nos deu condições e conhecimento do lixo, que não é o termo correto – é com resíduo sólido que nós trabalhamos*”.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é um movimento social que há cerca de dezesseis anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora buscando a valorização da categoria de catador.

A missão do Movimento é contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias e, através do conhecimento adquirido e construído através das lutas, encontros, formações e articulações nacionais e internacionais,

1 Optou-se por utilizar o itálico nesse capítulo para dar destaque às falas dos entrevistados, ainda que, as normas da ABNT orientem a usar esse recurso estilístico para grafia de palavras estrangeiras.

fortalecer e conquistar a devida valorização da categoria.

Entre os princípios do Movimento está a organização da categoria na solidariedade de classe, que reúne forças para lutar contra a exploração buscando a liberdade e o apoio mútuo entre os membros. A luta pela autogestão do trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço realizado não seja utilizado em benefício de alguns poucos, mas que sirva a todos.

Um ponto destacado pelo Presidente da Coopermar é que há atravessadores que não pagam preço justo para os catadores. Estes precisam se mobilizar para que mais catadores se tornem cooperados, fortalecendo assim a Cooperativa. Hoje são 18 Cooperados na Coopermar e esse número pode aumentar se os catadores se conscientizarem que a renda será maior se eles forem cooperados.

Para isso, é necessário o apoio do poder público, cujo auxílio desde o início foi ínfimo, o básico do básico, disse. “Infelizmente, o poder público não dá estrutura e não valoriza o nosso serviço”. Como podemos observar em uma reportagem no jornal local “O Diarinho”:

O Presidente da Coopermar, que congrega 18 cooperados, Cléber Marques Maciel, é um ferrenho crítico da falta de apoio da prefeitura de Balneário Camboriú durante os oito anos de existência do empreendimento. Segundo ele, até agora o que se recebeu da administração pública foi um veículo para transporte e seis cestas básicas todos os meses. “Esse lugar tem 30 anos e nunca colocaram um prego aqui. Pagam para uma empresa privada fazer a triagem do lixo que chega no aterro e não pagam pelo trabalho que fazemos”, argumenta (DIARINHO, 21 de agosto de 2017).

Através desse estudo foi possível identificar a situação que a Cooperativa se encontra e como estão atuando os cooperados. Primeiramente sobre a área onde está instalado a Coopermar, o Presidente disse que o mesmo é de propriedade da Prefeitura “*ainda*” e é a principal reivindicação dos catadores e, que, está atualmente “*tomado pelo convencimento*”. O registro do terreno como sendo da Prefeitura tem sido um empecilho para os cooperados conseguirem apoio das instituições, para realizar melhorias no local. Diz ainda o Presidente: “*A falta de estrutura é visível. Sem um galpão para fazer a triagem, os cooperados trabalham debaixo de chuva ou do forte sol coletando e separando o que os caminhões jogam no chão do terreno quase lotado de lixo*”.

No início das atividades a Coopermar recebeu o apoio de empresas privadas para a compra dos principais equipamentos como esteira e prensa, desde então, há oito anos que nada mais de equipamentos foi adquirido ou providenciado pela

Prefeitura de Balneário Camboriú.

No final de 2016 houve um incêndio que destruiu parte do galpão, a prensa e materiais que já estavam separados para comercialização. Segundo o Presidente, e também na fala dos cooperados, isso foi um baque na estrutura já precária da Cooperativa causando prejuízo na renda deles. *“Mesmo com esse fato grave a Prefeitura não se sensibiliza”*, diz o Presidente.

Pode-se perceber a necessidade e anseios por melhorias, principalmente na estrutura física da Cooperativa, na fala dos cooperados, quando perguntados sobre o que poderia melhorar no local de trabalho os cooperados responderam:

Cooperado-Davi: *“Ter um galpão pra gente fazer a separação dos materiais, porque quando chove, quando é frio e também no verão no calor é ruim trabalhar “no tempo”, mas o mais de tudo que podia melhorar era o lixo não vir tudo misturado como vem”.*

Cooperado-Adão: *“Tem muita coisa que podia ser melhor, não precisar faltar as coisas, como água tem que vir o caminhão pipa abastecer, o galpão tinha que ser bem maior, o lixo não ser tanto misturado como vem, porque daí a gente perde muito material”.*

Cooperada-Estela: *“Se a população tivesse consciência de tudo que pode ser reaproveitado eles iam saber separar melhor o lixo. O trabalho fica mais difícil daí”.*

Cooperado- Zé: *“A condição de trabalho é precária, porque a população não separa direito o lixo e a gente não tem nem as luva, as butina pra se proteger, precisamos de doação de ajuda de todo mundo”.*

Cooperada-Maria: *“Principalmente melhorar os espaços pra separar os materiais, o galpão é pequeno, só teto, a esteira tem dias que não funciona daí o serviço não rende, tudo é mais dificultoso”.*

Cooperada-Salete: *“A gente precisa de apoio da Prefeitura porque depois do incêndio que destruiu nossa usina no ano passado nós tamo trabalhando com muito mais dificuldade”.*

A seguir algumas imagens da sede da Coopermar – Balneário Camboriú – SC.

Figura 3 – Imagem do Galpão - sede da Coopermar – Balneário Camboriú (SC)



Figura 4 – Imagem do mesmo Galpão – sob outro ângulo



Figura 5 – Materiais antes da triagem



O sistema formal de coleta de resíduos sólidos em Balneário Camboriú é feito por uma empresa privada que leva material reciclado separado pelos cidadãos em suas residências até a Cooperativa. O lixo doméstico é recolhido diariamente, já a coleta de materiais reciclados tem dia certo para acontecer, em quase todos os bairros da cidade é na quinta-feira, então a Cooperativa já sabe como se organizar e sabe que determinado dia da semana chegará o material reciclado e terá que ter espaço no pátio da Cooperativa para receber esse material. Por outro lado, os cooperados sabem que naquele dia que chega o material da coleta seletiva eles têm determinado trabalho para fazer, como por exemplo, abrir os sacos de lixo reciclável, e iniciar a separação dos mesmos.

Nesse estudo foi possível observar a importância que a reciclagem possui para os cooperados da Coopermar, muito mais pelo recurso econômico “renda”, mas, também, pela importância que a Cooperativa exerce para a “limpeza” da cidade, e evitando que toneladas de materiais recicláveis sejam despejadas incorretamente no aterro sanitário. Pode-se perceber na fala da Cooperada Salete quando perguntada como ela se vê e como vê a Cooperativa no futuro: responde ela: *“a gente tá lutando pra fazer com que a Prefeitura pague um salário pra nós, porque tá ajudando a limpar a cidade e a natureza”*.

Na Coopermar, uma aproximação do enfrentamento à pobreza se percebe quando se revela – através de visitas ao local, pelas entrevistas e questionários – o perfil dos cooperados ao iniciarem as atividades na cooperativa: O histórico da maioria dos catadores tem o mesmo perfil de vulnerabilidade social, o estigma de catador, a dificuldade de eles se integrarem na comunidade, a falta de apoio da família (quando tem), que a grande maioria era morador de rua antes de trabalhar na Cooperativa.

A Vice-Presidente relata que muitas mulheres estão acompanhando os maridos na atividade de reciclagem ou mesmo tomando a frente devido à situação financeira, e disse que tem aumentado muito o número de mulheres, inclusive na Cooperativa tem mais mulheres (cooperadas) do que homens (cooperados). Falou que é gratificante ver os que aprenderam a fazer reciclagem, aprenderam a conviver em grupo, alguns largaram as drogas e hoje estão livres do vício e que é muito mais gratificante devolver a condição de cidadania para três cooperados que chegaram até a Cooperativa, sem documentos, sem família, sem “nada” e foi regularizada a situação dos mesmos através da ajuda de uma advogada que se sensibilizou com a situação dos mesmos. Diz ainda na entrevista: *“Hoje eles já não estão mais na Cooperativa, um deles foi para uma empresa maior que vende sucatas, aqui da cidade mesmo, outro já foi embora para sua cidade e assim seguem sua vida numa melhor condição”*.

Na fala dos cooperados esse perfil é confirmado quando perguntados sobre o que faziam antes de chegar à Cooperativa com as seguintes respostas:

Cooperado-Davi: *“Eu era morador de rua e foi o Resgate Social que me trouxe até a Cooperativa, que me acolheu, me deu moradia nos primeiros tempos e hoje divido aluguel com um colega daqui”*.

Cooperado-Adão: *“Foi num momento de dificuldade, eu não tinha emprego, não tinha estudo e tava morando na rua, daí a assistência social me apresentou a Cooperativa, eu gostei de aprender esse serviço e quero aprender cada vez mais”*.

Cooperada-Estela: *“Eu estou aqui faz um ano e meio, uma amiga me falou que estavam precisando de gente pra trabalhar, daí eu vim, tenho família que preciso ajudar a sustentar”*.

Cooperado-Zé: *“Eu era morador de rua e a equipe do Resgate Social me convidou pra eu trabalhar na Cooperativa, deixar as ruas, e eu vim”*.

Cooperada-Maria: *“Eu trabalho aqui já faz cinco anos, eu tenho marido, filhos grandes já, mas tenho que ajudar no sustento em casa e gosto de trabalhar aqui”*.

Cooperada-Salete: *“Descobri a Cooperativa através de um amigo meu que já trabalhava aqui, eu vim de outra cidade à procura de emprego e vida”*.

melhor, a situação tava difícil, tenho quatro filhos e sou solteira então esse é meu ganha-pão para o sustento”.

As características reveladas pelo estudo concordam com Dall’Agnol e Fernandes (2007) sobre a condição de pobreza e de exclusão social que afeta indivíduos que trabalham com reciclagem de lixo; a pobreza dessas pessoas envolve várias dimensões, como a econômica, e políticas públicas de saúde como também processos de reinserção e emancipação social. Questões essas que vão ao encontro das três dimensões citadas por Demo (2006) quanto ao enfrentamento da pobreza: primeiro a assistência social, porque o direito à sobrevivência é um direito radical; segundo, inserção no mercado, para que o pobre se auto sustente; e terceiro, cidadania, para que o pobre assuma seu destino com devida autonomia.

O contrário de pobreza política é “qualidade política”, designando em especial à dinâmica da cidadania individual e, sobretudo coletiva. Entende-se a capacidade de construir consciência crítica histórica, organizar-se politicamente de modo a emergir sujeito capaz de história própria, e arquitetar e impor projeto alternativo de sociedade. Esses três passos nutrem-se, em grande parte, da habilidade de saber pensar, compreendido tanto como capacidade crítica, quanto como capacidade prática: conceber e realizar alternativas e oportunidades. Mas, para a construção de adequada qualidade política existem outras dimensões fundamentais, ao lado do papel da educação e do associativismo, como acesso à informação, à comunicação social, cultivo de identidades e oportunidades culturais e de esfera pública de discussão e negociação democrática, sem falar no papel do Estado, não como promotor e menos ainda condutor da cidadania, mas como instância delegada de serviço público, cuja qualidade depende, antes de tudo, do controle democrático (DEMO, 2006, p. 4).

Esse enfrentamento da pobreza exige uma autonomia dos pobres organizados, capazes de, na arena social, desenvolverem processos autogestionários orientados para a satisfação das necessidades básicas e no plano político, capaz de reivindicar e impulsionar, no âmbito da cidadania, o exercício pleno dos direitos cidadãos e a participação na formulação e orientação das políticas públicas (IVO, 2006).

Autonomia esta que, segundo Tavares (2013, p.124), corresponde à capacidade de tomar decisões, de ser responsável pelos seus atos, de ter dignidade, de saber-se no mundo de maneira crítica. Portanto, “não é algo que se recebe de alguém, é antes de tudo, um processo que se vivencia através de umas práxis libertadora”.

A forma como a Coopermar tenta enfrentar as várias faces da pobreza vai de

encontro à abordagem para enfrentamento da pobreza apresentada por Ivo (2006, p. 76): “A ideia é fortalecer a capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza”, baseadas na potencialidade mobilizadora das classes populares no provimento de sua reprodução no cotidiano e no plano das lutas e resistências no provimento de serviços públicos em geral e, ainda esclarece:

Isso supõe entender que a questão da pobreza envolve, também, o desenvolvimento de capacidades preexistentes dos próprios pobres no provimento das condições de superação da pobreza. Essa percepção, mais recente, implica a compreensão de que as questões do desenvolvimento supõem sujeitos participativos e engajados, ou seja, o desenvolvimento do senso cívico (IVO, 2006, p. 77).

Nesse sentido, Ivo (2006) diz que o aspecto positivo da mobilização social dos pobres na perspectiva neoliberal se encontra nas condições de auto-organização da pobreza, atribuindo aos pobres e ao setor popular um caráter ativo e de certo modo estratégico, tanto na economia como na reprodução. Encontram-se aí vários mecanismos de institucionalização de cooperativas de produção, de sistemas de comercialização solidários, entre outros.

Algumas pequenas melhorias na condição básica dos cooperados, como - moradia, renda, senso de pertencimento a um grupo – da Coopermar, já são perceptíveis de acordo com as respostas dos mesmos quando solicitados sobre o dia a dia deles dentro e fora da Cooperativa, ao que responderam:

Cooperado-Davi: *“Então, como eu já falei, a Cooperativa me acolheu e me ensinaram tudo, desde educação, higiene, eu não sabia nada de material reciclável, nada de separação, do valor de cada coisa. Aprendi tudo aqui na Cooperativa”.*

Cooperado-Adão: *“Tenho muito a agradecer a Cooperativa, que me deu uma oportunidade, aqui a gente se entende bem, o trabalho é duro, porque vem tudo misturado e a gente tem que separar e também perde muito material contaminado, mas eu quero continuar trabalhando aqui porque me sinto dentro de uma família”.*

Cooperada-Estela: *“Eu tenho uma família, e eu preciso muito ajudar no sustento deles, então eu venho pra cá todo dia, mesmo sabendo que não é um serviço muito bom de fazer, mas também tem dias que rende, já encontrei dinheiro na esteira, duas vezes, de trinta reais. E também porque aqui somos uma família é bom de trabalhar”.*

Cooperado-Zé: *“Nossa, aqui eu me sinto como minha verdadeira família, recebi educação, trabalho, oportunidade para meu sustento, não tem preconceito, e não pretendo sair”.*

Cooperada-Maria: *“Eu gosto de trabalhar aqui, porque não é porque sou de idade que devo ficar em casa dormindo, tem que trabalhar, faz bem, e ajuda na renda familiar, e como ajuda”.*

Cooperado-Salete: *“Sou muito agradecida por ter encontrado esse trabalho”.*

aqui na Cooperativa, além de ser tudo amigo, é minha segunda família, melhor que lá em casa. O dinheiro que ganho aqui, uma semana guardo para ajudar no aluguel na outra eu compro o que precisa, e assim vai. Sou o pai e mãe da casa, tenho que me virar com o que ganho aqui”.

Outros aspectos que podem ter contribuído para a melhora da autoimagem e do senso de pertencimento dos cooperados podem ser deduzidos das respostas aos questionamentos quanto à relação com os colegas. Todos os entrevistados responderam que formam uma família, com respeito, educação uns com os outros e que não há discriminação entre eles.

Essa percepção de grupo relatada pelos cooperados é confirmada pela cooperada e vice-Presidente da cooperativa quando relata as conversas entre o grupo sobre família, suas dificuldades financeiras, seus desafios e problemas os mais diversos, como solidão, doenças, drogas. Falam também de seus desejos e sonhos. A vice-Presidente relata ainda que as mulheres, maioria dentre os cooperados, conversam bastante sobre os filhos, escola, atividades que têm que fazer ainda ao chegar em casa, depois do trabalho na Cooperativa. Fica evidente que o trabalho possibilita aos cooperados uma transformação qualitativa da coletividade, sobre o processo de conscientização quanto à realidade e a si mesmo por parte dos cooperados.

O Presidente também ressaltou que todos conversam muito e procuram se ajudar, principalmente no suporte de atender minimamente as necessidades básicas e principalmente, muita conversa para não terem recaídas em relação às drogas.

Eles normalmente vêm de manhã com o carro do Resgate Social que faz o transporte deles até a Cooperativa diariamente, porque fica um pouco distante da cidade. Se acontecer de um ou outro perder o transporte acabam indo de bicicleta, a pé, chegando atrasados, ou, eventualmente, acabam faltando o trabalho naquele dia.

Ao chegar à Cooperativa, eles tomam café, se não tomaram em casa, e iniciam suas atividades do dia. Ao responder quanto ao que fazem os cooperados nos intervalos, como por exemplo, no horário de almoço, a vice-Presidente falou que depende do dia, de como estão se sentindo, muitas vezes almoçam e pegam papelões do lixo para deitar em cima, numa sombra, e dar uma descansada, “*tirar uma soneca*”, outros fazem as tarefas do dia, cada dia ou semana são designados os responsáveis para lavar a louça, limpar a cozinha, o banheiro, enfim, as tarefas de manutenção da sede. Ela relatou, ainda, que agora, com os celulares, a maioria

fica no celular mesmo. Perguntada se havia internet *wi-fi* disponível na sede, respondeu que não havia e, que cada um acessa por sua conta, plano individual. Então, contraditoriamente ao reforço do grupo no momento de trabalho, o intervalo se apresenta como um momento de individualização.

As iniciativas da Coopermar quanto ao enfrentamento à pobreza podem ser percebidas na fala de alguns cooperados entrevistados quando perguntados sobre a importância da Cooperativa para eles, quando dizem:

Cooperado-Davi: *“Ah é aqui que eu aprendi e to aprendendo tudo pra um dia arrumar outro emprego numa empresa mais grande. Aqui eu tenho como uma família”.*

Cooperado-Adão: *“É muito importante porque é a única fonte de renda para meu sustento e aqui tenho amigos com quem posso conversar”.*

Cooperada-Estela: *“Muito importante porque daqui sai o sustento principal da minha família e também porque a gente ajuda a tirar o lixo da natureza”.*

Cooperado-Zé: *“A Cooperativa é onde tenho tudo, educação, amigos, família, porque eu morava na rua e não tinha nada disso”.*

Cooperada-Maria: *“Essa renda que ganho com os recicláveis ajuda e muito em casa, e não fico dormindo ou pensando besteira, faz bem trabalhar”.*

Cooperada-Salete: *“Tudo, significa tudo, sem esse trabalho não tinha como manter minhas quatro filha, e aqui eu do risada, eu choro eu tenho amigos e tenho trabalho e renda”.*

Em relação ao trabalho de reciclagem que realizam, os cooperados dizem que a sociedade não valoriza. A população não dá valor e não se preocupa em separar resto de comida do lixo que pode ser reciclado, não se preocupa com a natureza e nem com o serviço dos catadores. Dizem alguns, ainda:

Cooperado-Adão: *“Nós ajudamo a tirar lixo da rua, a sociedade não reconhece isso, pouca gente dá valor para nosso serviço”.*

Cooperada-Estela: *“Aqui nós ficamos com uma parte só do que eles consome, só a parte final e ainda assim chega tudo misturado que não dá pra aproveitar, é uma pena isso”.*

Cooperado-Zé: *“Eles ve a gente como bicho quase, ninguém gosta de catador, pensam que é só drogado e que é perigoso. Muitos não sabem que já tive que come comida do lixo porque não tinha o que come e tava misturada com outras coisas. A gente queria que tivessem consciência de fazer a separação correta, ia ser muito melhor”.*

Cooperada-Maria: *“Nós tiramos muito lixo da natureza, se isso tudo que a gente separa aqui pra reaproveitar fosse pro lixão ia acabar na natureza, mas ainda falta muito pra sociedade saber que ela é muito responsável pelo lixo que produz”.*

Cooperada-Salete: *“As pessoas não ligam pra o serviço dos catador, acham que é a Prefeitura que tem que dar conta de recolher o lixo, não dão valor, mas um dia isso vai mudar”.*

Um grande problema para os catadores, segundo o Presidente da Cooperativa, é que o material que recebem da coleta seletiva vem com outros tipos de materiais, lixo comum, lixo contaminado e que não podem ser manuseados e nem aproveitados e, que acaba por reduzir a renda para os cooperados, que dependem de matéria prima para reciclagem.

Essa falta de conscientização por parte da sociedade e do próprio poder público, que não fiscaliza as leis já existentes relacionadas aos materiais recicláveis e sua correta separação, coleta e destinação é o que gera essa massa de trabalhadores em situação de inclusão perversa, e conforme Tavares (2013, p. 130), os catadores nas ruas e nos lixões, trabalhando em condições de vulnerabilidade social, só existem porque a mesma sociedade que produz e consome, ainda não aprendeu a lidar com resíduos como parte desse processo, preferindo “ignorar” o seu destino e, conseqüentemente, as pessoas que, por necessidade, sobrevivem dele. Portanto, em vez de pensar esse modelo social como “excludente”, o percebemos como uma inclusão dependente e perversa.

Na fala do Presidente se percebe que a Coopermar, assim como outras associações ou cooperativas de catadores de material reciclável que se formam por indivíduos em condição de extrema pobreza e de exclusão social tem uma maior preocupação com a perda do material contaminado para reciclagem do que com os riscos que estes podem oferecer à sua saúde.

Segundo Dal’Agnoll e Fernandes (2007), essa nova modalidade de trabalho apresenta risco à saúde e padrões de adoecimento peculiares, oriundos do contato com o lixo, destacando que a condição insalubre da própria natureza do trabalho pode comprometer a integridade física desses indivíduos. E ainda, a pobreza em que vivem os catadores de lixo “faz com que o objetivo primordial seja garantir sua sobrevivência e de suas famílias, ignorando possíveis riscos do ambiente considerando estes como parte do trabalho” (DAL’AGNOLL e FERNANDES, 2007, p. 6).

Ainda de acordo com as autoras, ao diluir a capacidade de indignação, culminam em abafar e, por vezes, ignorar os próprios sentimentos que, dessa forma, são incorporados e vão tecendo a banalização da injustiça social. Essa ciranda de problemas sociais, que nada mais é que a subtração de oportunidades que esses sujeitos tiveram que enfrentar, ao longo da vida, possui seu eixo central no aspecto econômico, comprometendo direta e significativamente a saúde dos trabalhadores

(DAL'AGNOLL e FERNANDES, 2007, p. 6-7).

Figura 6 – Cooperados fazendo separação de materiais na esteira, sem luvas



Perguntados sobre as questões de segurança os cooperados reconhecem que as condições de trabalho são precárias, mas alegam que dependem de doações e de ajuda de particulares para comprar equipamentos básicos como luvas, botinas, aventais e óculos. “*O que a gente ganha com a reciclagem não sobra pra comprar equipamentos*” diz um dos cooperados.

De acordo com Dal’Agnoll e Fernandes (2007, p. 5),

a baixa adesão ao uso de luvas é em grande parte motivada pela precária reposição do estoque em alguns casos e, em outros, pelo custo em adquirir os equipamentos de segurança, que demandam recursos financeiros para a compra com o receio do desconto salarial no fim do mês, diminuindo assim a renda dos catadores.

Outro ponto levantado durante as visitas à Cooperativa foi a questão da separação do lixo, na origem, em casa e, pelos cidadãos. Foi relatado pelo Presidente e pelos cooperados que a população ainda não se conscientizou o quanto a reciclagem é importante, principalmente pelo efeito negativo na natureza. Não separando os resíduos adequadamente, perdem todos, conforme enfatizaram.

Abaixo uma imagem de como o material é entregue à Cooperativa pela empresa Ambiental que é a empresa privada que faz a coleta seletiva em Balneário Camboriú-SC.

Figura 7 – Material entregue à Cooperativa



Quanto às práticas organizacionais da Coopermar, segundo a fala do presidente, a mesma se dá via SOT (Sistema Orgânico de Trabalho) no qual, conforme ele explicou, uma cooperativa ou associação, num sistema de autogestão, a tomada de decisão e o modo de enfrentar as dificuldades se dão à medida que os problemas aparecem e se reúnem para uma decisão em conjunto levando em consideração sempre o aspecto da solidariedade e cooperação entre o grupo. Como ainda disse, não há hierarquia, funcionando mais na horizontalidade e diálogo.

De acordo com Benini (2012, p. 17) o Sistema Orgânico do Trabalho indica a centralidade da organização do trabalho como fundamento de uma nova sociabilidade, o qualitativo “orgânico” busca enfatizar a necessidade de integração plena, não alienada e não subordinada, dos trabalhadores associados, uma forma concreta de solidariedade.

Diz ainda o autor que os elementos constitutivos para um sistema orgânico de trabalho é onde se concebe a economia solidária, através da propriedade orgânica, renda sistêmica e autogestão societal. Complementa que, para reverter o estabelecido – a lógica do mercado – é necessária uma perspectiva sistêmica totalizante. O termo totalizante nesse caso, diz respeito a um sistema de organização da produção que não seja fragmentado e individualizado, mas sim orgânico – a partir de uma integração econômica e material plena – e progressivamente global ou como um sistema comunal, e não no sentido totalitário

de dominação, ou outras formas de controle hierárquico, de um ou de mais indivíduos sobre os demais (BENINI, 2012).

Segundo Tavares (2013, p. 123), os sistemas econômicos fundados na visão de desenvolvimento tradicional criaram e reproduzem lógicas abstratas que favorecem o consumo, o descarte e o desperdício. Sem romper com essa ideologia, as práticas propaladas como “alternativas”, divulgadas pelos meios de comunicação, associações ou cooperativas, iniciativas empresariais, ONG’s, governos ou universidades, não conseguem se contrapor aos moldes e necessidades do modelo econômico vigente.

Segundo Tragtenberg citado por Misoczky; *et al.* (2008), a auto-organização ou autogestão não constitui imperativo ideológico, ela tem sua legitimidade na medida em que surge da reivindicação do movimento real. Pois para autogerir alguma coisa, segundo ele, é preciso começar autogerindo a própria luta: se os sujeitos sociais são capazes de organizar, de modo autônomo e coletivo, diretamente a própria luta, então serão capazes também de organizar a produção e a mudança social. “A luta é o embrião do que virá, é o exercício da organização, é o começo da viabilização prática do estabelecimento de relações sociais coletivistas” (MISOCZKY; *et al.*, 2008, p. 3).

Quanto ao horário de trabalho, que normalmente é em média de 8 a 10 horas diária, dependendo da demanda, do tipo de material que chega e do tipo de trabalho a ser desenvolvido a cada dia. Alguns dos cooperados estudam à noite (e, por isso, trabalham menos horas), outros, às vezes, se revezam na função de vigia, depois do dia de trabalho, permanecendo no local, para dormir e vigiar a Cooperativa, pois, acreditem, vêm catadores e atravessadores roubar materiais já separados para revender. Segundo o Presidente, há remuneração por quota de produção e prêmio por produção, evidenciando que mesmo algumas táticas de remuneração típicas do mercado são adotadas pela Cooperativa.

Segundo o Relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013, os catadores de material reciclável vêm buscando se articular coletivamente com base em diferentes formatos organizacionais, visando à superação de gargalos estruturais que lhes impedem de se apropriarem de um maior valor por seu trabalho e com o intuito de reverter a situação de exclusão social em suas diversas dimensões (IPEA, 2013, p. 19).

Segundo Kliksberg (1994), já podem ser notados alguns traços de mudanças quanto a estratégias organizativas básicas na luta contra a pobreza, saindo do paradigma burocrático e autocrático para um modelo cada vez mais de autossustentação, em que a população sabe quais são suas reais necessidades e tomando parte ativa para seu enfrentamento.

Isso exige uma revisão da estratégia organizativa tradicional, e que é possível ajudar uma comunidade a construir um caminho excelente que a vincule com lugares importantes para ela, aos quais não tinha acesso, porém se não houver autossustentação a solução será por tempo limitado. Se não forem desenvolvidas as capacidades locais para chegar à permanente manutenção que um caminho desse tipo precisa, seu uso tornar-se-á cada vez mais precário (KLIKSBURG, 1994, p. 137).

De acordo com Misoczky; *et al.* (2008), nas práticas organizacionais horizontais as decisões e a execução das decisões são submetidas ao coletivo. As relações de poder são expressas através da participação direta de todos nas decisões e, quando uma atividade é executada por alguns é o coletivo que a executa através daqueles que estão autorizados a executá-la.

A relação da teoria dos autores com as práticas organizacionais da Coopermar pode ser relacionada com a fala dos cooperados, quando dizem que:

Cooperado-Davi: *“Eu trabalho em todos os setores, depende de onde precisa mais gente, às vezes é abrir os sacos de lixo, separar, na esteira, prensar, a gente passa por todos e, também sou o atual secretário da Cooperativa”.*

Cooperado-Adão: *“Eu também trabalho em todas as frentes, onde precisa a gente vai”.*

Cooperada-Estela: *“Eu já trabalhei e trabalho em todos os setores, mas prefiro ficar na esteira”.*

Cooperado-Zé: *“A gente não tem só um setor pra trabalhar, depende do dia, tem que ser onde precisa mais gente”.*

Cooperada-Maria: *“Eu faço de tudo, mas gosto mesmo é de fazer a separação dos vidros”.*

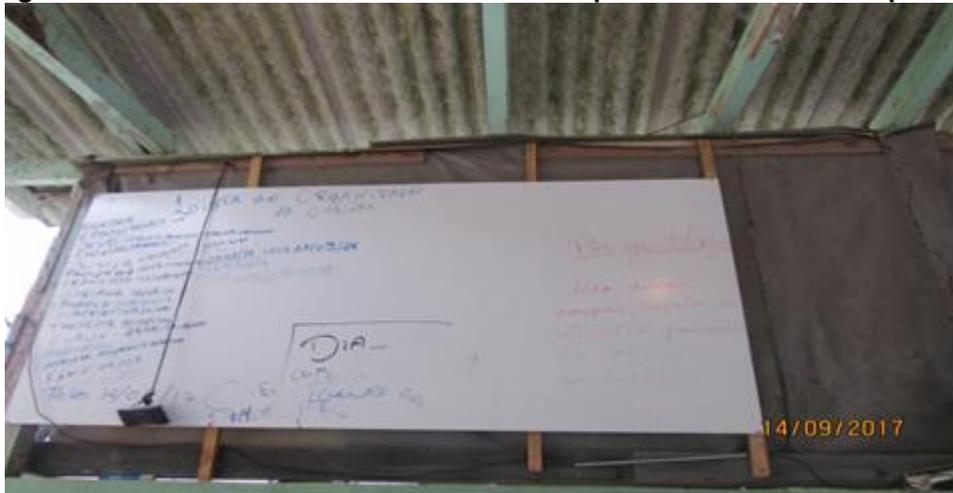
Cooperada-Saete: *“Eu faço de tudo, não tem só uma atividade, e ainda a gente ajuda na organização da cozinha, banheiro, pátio”.*

Os Cooperados (as) também são responsáveis pelas atividades de limpeza e organização da cozinha, do banheiro, do pátio. Como podemos observar nas figuras abaixo, as atividades estão programadas para a semana, dispostas em quadro afixado na área onde os cooperados fazem as refeições.

Figura 8 – Quadro 1 com as atividades dos cooperados estabelecidas para a semana



Figura 9 – Quadro 2 com as atividades dos cooperados estabelecidas para a semana



A Coopemar está engajada em reduzir o estigma associado à proximidade com o lixo e estão se envolvendo em campanhas culturais e educacionais a fim de apresentar a imagem dos catadores como agentes ambientais que mantêm a cidade limpa, se apresentam como profissionais do setor de gestão de resíduos sólidos e incentivam os trabalhadores a terem orgulho de sua função. E tem tentado buscar a cooperação com as universidades locais, empresas privadas e poder público para apresentar os catadores à sociedade sob uma luz diferente. Na fala do Presidente, o que ele mais salienta é que é preciso e tenta de todas as maneiras chamarem mais catadores para a Cooperativa, quer os cooperados engajados e considera o catador um empreendedor nato.

Essa autonomia que deve ser conquistada pelos catadores vai ao encontro do que diz Demo (2006, p. 2): “Por isso, toda estratégia de combate à pobreza supõe

que o pobre se torne sujeito crucial da alternativa. Enquanto for apenas objeto, está à mercê de forças políticas que não domina e, muitas vezes, sequer tem ideia delas”. E, complementando, “Politicidade é, entre as razões humanas, talvez a mais humana, porque sinaliza que a história pode ser relativamente própria, à medida que for possível conquistar autonomia crescente” (DEMO, 2006, p.3).

Essas parcerias estratégicas que a Coopermar busca, incansavelmente, encontra respaldo no que nos diz Fernandes (2010) quando se refere à Tecnologia Social como um meio de construção e transformação social através da participação direta da população no sentido de inclusão social, uma melhoria das condições de vida e atendimento de necessidades sociais específicas, apropriação da tecnologia convencional na construção da cidadania desenvolvendo soluções coletivas, entre outros.

Há muitas tendências que vêm sendo utilizadas no Brasil e em outros países que podem ser adaptadas em Balneário. Muitas coisas vão para o aterro e não deveriam que poderiam ser reaproveitadas. Por isso também estamos contando com a presença do Instituto Lixo Zero e das instituições de ensino da região (PRESIDENTE COOPERMAR, 2017).

Outra parceria importante da Coopermar é através do Ministério Público, na figura do Promotor do Meio Ambiente, ao qual o Presidente e vice-Presidente se referem a um grande apoiador e defensor da Cooperativa, através da estrutura do judiciário.

A parceria com a instituição de ensino Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) também é de grande ajuda à Coopermar, através de seus cursos de engenharia ambiental, publicidade e propaganda, direito, entre outros para dar sustentação às ações da Coopermar.

Quando perguntado sobre as principais parcerias que a Coopermar têm, o Presidente relacionou as seguintes: Prefeitura, principalmente através da Secretaria de Inclusão Social e da Secretaria do Meio Ambiente; Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú. Disse que o Ministério Público é um forte parceiro; as Universidades da região: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Faculdade AVANTIS; Universidade Regional de Blumenau (FURB); a empresa AMBIENTAL, que é a empresa privada que faz a coleta de resíduos sólidos na cidade de Balneário Camboriú; a OSCIP Instituto Eco Cidadão-Lixo Zero; a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de

Material Reciclável da Foz do Rio Itajaí (COOPERFOZ) e alguns empresários.

Nesse contexto podemos entender que, de acordo com Demo (2006), é possível alargar a autonomia humana, por mais dúbia que seja esta trajetória histórica, através principalmente da capacidade de aprender e conhecer, ao lado de se organizar politicamente para construir e impor alternativas. Como complementa o autor:

A autonomia cresceu astronômicamente, mas não para desfrute de todos. Aí está sua ambiguidade, porque está fundada, vastamente, na dinâmica do conhecimento disruptivo e não menos ambíguo: quem sabe pensar, geralmente não aprecia que outros também saibam pensar. A habilidade de mudar sempre foi disputada ferozmente, porque não estão em jogo propriamente a mudança, mas os privilégios da mudança. Saber pensar é, possivelmente, o “recurso” mais escasso e disputado na história da humanidade e que determinou, mais que outros fatores, as desigualdades hoje persistentes no planeta. Por isso, para combater a pobreza, possivelmente, política social do conhecimento será estratégia das mais agudas, porque é principalmente neste patamar que se condicionam as oportunidades (DEMO, 2006, p. 3).

Um exemplo de projeto em parceria importante da Coopermar com a Faculdade AVANTIS é o que está acontecendo neste ano de 2017, em que os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade AVANTIS foram desafiados a elaborar todo o projeto arquitetônico de reestruturação da sede da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú (Coopermar).

A coordenadora do curso, Tatiani Pires Passos, conta que participaram 330 acadêmicos do 1º ao 8º período, que se dividiram em 33 grupos – sendo 10 em cada grupo e trabalharam no projeto por uma semana. *“Eles estudaram as necessidades da Coopermar para chegar aos resultados finais”*. Explica a mesma que, *“A ideia não era fazer uma sede nova e sim reestruturá-la, então eles tiveram que trabalhar com a estrutura que já existe”*.

Prosseguindo com as explicações a Coordenadora Tatiane do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade AVANTIS, relata:

O 1º lugar foi o grupo formado pelos acadêmicos, Cristiano Antônio de Mello, Michel Antônio Parizzoto, Camila de Souza Vargas, Bruno Donizete Gomes, Danielly Adriana Severino, Gabriel Pereira Ribeiro, Débora Cristina Scapini, Douglas Eduardo da Costa, Dalmir Kistenmacher Filho e João Luiz Coradini da Rosa. Eles montaram um projeto em que a sede aparece dividida em quatro galpões diferentes, que se interligam. Um dos diferenciais, por exemplo, foi a cobertura de um deles, que é geométrica, aliando o design com a arquitetura. O próximo passo, segundo a coordenadora Tatiani, é reavaliar o projeto vencedor e, se necessário, fazer

alguns ajustes. Depois ele irá ser colocado em prática. A ideia é contar com o auxílio da prefeitura, que já demonstrou interesse em ajudar na execução. O Presidente da cooperativa, Cleber Marques Maciel, agradeceu pela parceria com a Avantis, que está fazendo muita diferença para ele e seus colegas. “É importante também para a cidade, porque se conseguirmos ampliar o nosso trabalho, que é o foco, iremos diminuir em 80% o impacto ambiental que hoje é causado pelo lixo depositado por Balneário no aterro sanitário. Sabemos da preocupação de vocês com o lado social e saibam que realmente estão nos auxiliando na causa (TATIANE).

Figura 10 – Fotografia premiação dos vencedores: Alunos da AVANTIS e membros Coopermar



Fonte: Jornal o Diarinho de 22/Set./2015.

Sobre a atuação da Coopermar em parceria com as demais entidades acima mencionadas podemos encontrar uma referência ao enfoque de redes que, conforme Kliksberg (1994) é uma linha de solução inovadora e, parece ser a utilização do enfoque de redes, nas quais os diferentes protagonistas envolvem-se igualmente. Uma coordenação organizativa abordada por meio da armação de uma rede na qual estejam o setor público, as ONGs e as comunidades assistidas, que têm de serem atores fundamentais, bem como os apoios da sociedade civil. Diz o autor “é possível montar redes que se organizem com a orientação de tentar encontrar o potencial de sinergias que podem vir a ser úteis para o conjunto. Esta é uma via não tradicional para focar o problema da desarticulação” (KLIKSBERG, 1994, p. 141).

Ainda em relação à atuação em redes, Baumgarten (2008) diz que o ponto de

partida é a ideia que as redes de produção, disseminação e apropriação de conhecimentos desempenham hoje um papel central na sociedade tornando estratégica a reflexão sobre as mesmas e sobre suas potencialidades como instrumento de inovação social. Considera, por outro lado, necessário ampliar e aprofundar o debate sobre as tecnologias sociais, como expressão de redes de conhecimentos, e seu potencial para gerar inovação social no Brasil.

De acordo com Baumgarten (2008), as redes que envolvem articulações entre pesquisadores e demais atores relacionados à produção de conhecimento podem ajudar no aprofundamento das relações entre coletividade científica e sociedade no Brasil, possibilitando o desenvolvimento de tecnologias sociais e de inovação social.

Acreditamos que as tecnologias sociais teriam a potencialidade para expressar instâncias físicas e virtuais de trocas, reintegração de saberes, contrabandos inter campos e disciplinas que se fazem por sendas através das quais se vem construindo conhecimentos que dão conta da complexidade do mundo real e de nossas capacidades para construí-lo e reconstruí-lo de acordo com nossas necessidades e potencialidades (BAUMGARTEN, 2008, p. 6).

Quando perguntados sobre seus sonhos, os dirigentes e cooperados remetem a desejos próprios seus e de suas famílias para o futuro, “*daqui a 10, 20 anos*” se percebe nas respostas da maioria que, embora reconheçam que o seu sustento hoje sai do trabalho deles na Cooperativa não é essa vida sofrida que desejam para muito tempo e nem para seus filhos.

O Presidente ao ser perguntado sobre essas questões de desejos e sonhos dos cooperados responde:

Com certeza não querem essa vida para seus filhos – embora tenham consciência que trabalhar sem um patrão pegando no pé é ter um pouco de liberdade, ao mesmo tempo sabem que o catador é estigmatizado, é um trabalho árduo, difícil e também um trabalho 'sujo' no sentido literal de lidar com sujeira, com restos de comida misturada aos demais resíduos, então isso faz com que desejem arrumar um trabalho 'melhor'.

Diz ainda que:

Há alguns poucos cooperados que não se preocupam com o dia de amanhã, só querem receber o que tem direito ao final do dia, da semana ou do mês e ir pra casa, pra rua ou para onde quiserem 'aproveitar a vida' e isso faz com que às vezes alguns não se preocupem em aprender uma nova tarefa, uma nova atividade que é proposta ou até mesmo permanecer mais tempo na Cooperativa.

Durante as entrevistas o Presidente da Coopermar deixou claro que o desejo

e objetivo maior da Cooperativa atualmente é assumir a coleta na região e, quer a aplicação da lei federal e a chance de crescer não apenas recebendo, mas também fazendo a coleta seletiva na cidade. Segundo a fala do Presidente da Coopermar numa Audiência Pública:

Entregar a responsabilidade da coleta seletiva para as Cooperativas seria um trabalho de resgate social muito mais eficaz do que acontece hoje nas cidades com as casas de apoio e estruturas similares. De 18 nós poderíamos passar a congregar 400 cooperados. Eles precisam deixar o catador fazer o trabalho que sabe e isso vai ajudar a gerar renda para a população mais carente.

Quanto a esse objetivo o Presidente explanou durante as visitas a campo todo o funcionamento no projeto CUBOS – que é o projeto elaborado e desenhado pela Cooperativa juntamente com o Ministério Público, para por em prática na cidade Balneário Camboriú.

Para por em prática esse projeto – que foram buscar modelo semelhante na cidade de Foz do Iguaçu no estado do Paraná – estão envolvidos vários atores e agentes para os trâmites legais, discutindo sobre a gestão de resíduos sólidos na cidade e região, como, organizações públicas, privadas, a própria comunidade.

A Coopermar conta com o apoio de outra cooperativa da região a Cooperfoz do município vizinho, Itajaí. Por serem as duas maiores cooperativas da região estão se unindo e reivindicando a aplicação da lei federal e a chance de crescer não apenas recebendo, mas também fazendo a coleta seletiva em suas respectivas cidades (JORNAL O DIARINHO, 2017).

Segundo o Presidente da Cooperfoz, que também é Presidente do Conselho Municipal de Economia Solidária em Itajaí:

Nós temos crédito para comprar os caminhões, conhecemos os roteiros, conhecemos a população, temos a oportunidade de fazer um trabalho excelente que em vez de beneficiar dezenas de famílias, irá gerar renda para centenas de pessoas. As concessões feitas pelas prefeituras para a limpeza pública, coleta e manejo dos resíduos geralmente são de duas décadas e isso também impede que as cooperativas possam ser inseridas no processo.

Mas para o Presidente da Coopermar o mais importante é a conscientização por parte da sociedade, de um alinhamento, partir de uma comunicação, de uma cobrança que a sociedade deve fazer a cobrança do setor público, uma educação ambiental no dia a dia. As Leis que existem e não são cumpridas, e nós os

Cooperados não podemos obrigar o poder público a cumprir, quem tem que exigir isso é a sociedade.

Nesse sentido, segundo Baumgarten (2008), tecnologias sociais poderiam se articular como um nó no qual seria possível conectar uma ampla rede de atores sociais. A técnica seria entendida como um meio de emancipação social e não como instrumento de dominação, forma de controle ou causa de desigualdade social.

Para Souza (2010), a Tecnologia Social é oriunda de uma construção coletiva que tem seu laboratório vivo na sociedade e, por isso, é fruto de um esforço na direção do desenvolvimento territorial sustentável. No entendimento do autor supracitado, a tecnologia é instrumento de poder. Assim, de acordo com o mesmo, as tecnologias sociais também são ferramentas de poder, pois evidencia a estratégia de como os sujeitos do território se envolvem no enfrentamento de desafios.

A concepção de Tecnologia Social, conforme Almeida (2010) vai além do enfoque no artefato e agarra-se no contexto e na realidade dos sujeitos para transformar, sendo também um posicionamento político, na medida em que é um situar-se no mundo das pessoas e de seu espaço, sua organização, de forma independente, autônoma e auto gestonária.

6.1 AS FRÁGEIS RELAÇÕES ENTRE A COOPERMAR E O PODER PÚBLICO

Como citado anteriormente a política de resíduos sólidos está ainda em discussão no âmbito municipal – o prazo é até dezembro – e para o próximo ano não está definido quem irá fazer a coleta do material reciclável. Criou-se um impasse, tendo de um lado, a Coopermar que quer continuar reciclando e agregar também a coleta e, de outro lado, a atual concessionária – a Ambiental – que não quer perder a concessão da coleta e ainda, quer ampliar sua atuação no município fazendo também a reciclagem dos resíduos.

Percebe-se que há um jogo de interesses na continuidade dos serviços prestados pela atual empresa concessionária, o poder público e do lado mais fraco está a Cooperativa lutando para conseguir ampliar sua atuação na questão da reciclagem. O que o Presidente da Coopermar já havia falado na primeira entrevista de que: *“há interesses por trás dessa falta de apoio à reciclagem”*, disse que os acordos/contratos entre os municípios e a entidade que administra o lixão, aonde vai

a maioria dos resíduos que deixam de ser reciclados é em toneladas – logo, complementa: *“Quanto mais lixo eles receberem mais o município paga e por parte do município não há interesse em diminuir esse custo, porque alguém está lucrando com isso”*.

Nas últimas semanas de outubro, segundo relato de cooperados houve até boicote por parte da empresa que entrega material reciclado para a Cooperativa, quando não fez as entregas do material conforme acontecia normalmente e, ao ser notificado pelo Ministério Público, reiniciou a entrega, porém, em quantidade inferior à normal, o que está causando prejuízos à Cooperativa e seus cooperados, que se encontra em situação difícil financeiramente.

Não bastasse esse fato, a Secretaria de Assistência Social, que através do resgate social, fazia o transporte dos Cooperados até a Cooperativa suspendeu o transporte dos mesmos, sem nenhuma explicação plausível, o que leva a direção da Cooperativa suspeitar em boicote para enfraquecer a Cooperativa – inclusive em nota em um jornal local veiculou a notícia de que a Cooperativa não dava conta de reciclar nem 5% (cinco por cento) do que era entregue – o que é uma inverdade, já que a própria Prefeitura há meses atrás noticiou que a Cooperativa era responsável por mais de 30% (trinta por cento) da reciclagem no município e que esse número só não era maior porque a população não separava corretamente o seu lixo. A notícia, de acordo com um cooperado, seria para justificar a atuação da empresa que quer fazer a reciclagem no município.

Na semana final desse trabalho saiu notícia em um jornal local que a Prefeitura havia renovado a concessão com a atual empresa que faz a coleta e que esta irá inclusive fazer a reciclagem, comprometendo seriamente as atividades da Cooperativa, o trabalho e renda dos cooperados, já que a própria notícia diz não incluir os cooperados nas atividades de reciclagem que a empresa que renovou concessão pretende desenvolver.

A Cooperativa por sua vez, disse o Presidente, irá recorrer porque que não teve discussão com a comunidade, que as leis têm que serem cumpridas, e que está lutando junto ao Ministério Público para agendar uma Audiência Pública específica da Coopermar, já que a Audiência Pública que teve anteriormente foi sobre a Política de Resíduos Sólidos no Município foi organizada pela Prefeitura e incluía o trabalho realizado pela Coopermar e que agora não estava sendo cumprido.

Falou o Presidente também, que está bastante apreensivo, que o Promotor do

Meio Ambiente da comarca do município, que era um forte defensor e atuava fortemente junto à Cooperativa foi transferido para Florianópolis e o novo Promotor estava se inteirando do processo todo.

Novamente nos remete à fala do Presidente da Coopermar durante a primeira entrevista, onde disse: *“A legislação federal e municipal relacionada ao meio ambiente e manejo de resíduos sólidos não são cumpridas pelo Município, temos o apoio do Ministério Público através do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca que interfere em muitas questões”*.

Disse ainda o Presidente *“Nosso Projeto CUBOS o qual trabalhamos com tanto carinho e dedicação como uma forte solução para combater a vulnerabilidade social dos catadores e efetiva reciclagem e destinação correta dos resíduos sólidos, onde a própria cooperativa faria a coleta nos eco pontos que a Coopermar juntamente com outras entidades e iniciativa privada já estabeleceram, ficará seriamente comprometido, inviabilizando a sua concretização, mas nós faremos de tudo para reverter essa situação”*.

Ao término de uma pergunta que fiz sobre o futuro da Cooperativa a Vice-presidente da Coopermar disse: *“Espero que esse seu trabalho possa ajudar a conscientizar as pessoas que a reciclagem é importante, que a Cooperativa faz um trabalho essencial para o município e merece mais apoio e que o poder público cumpra as leis começando com uma educação ambiental”*.

Quanto às políticas públicas relacionadas à coleta seletiva no município de Balneário Camboriú em que a Coopermar está incluída, observa-se que estas estão minimamente delineadas através de alguns decretos, leis municipais, planos e programas criados, porém sem continuidade e estão alinhados, na teoria, a alguns itens relacionados à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é a Política Pública a nível nacional.

A falta de uma política pública de coleta seletiva a nível municipal faz com que as partes envolvidas no processo não percebam a existência dos instrumentos existentes para obter vantagens e melhorias para assegurar um acordo ou contrato firmado, mesmo que, minimamente.

Tanto pela parte dos gestores municipais, que com a ruptura ou descontinuidade do processo eleitoral, quanto pela cooperativa, por ter estrutura precária e instável, as políticas públicas entre ambas as partes não são pactuadas fazendo com que diminua consideravelmente a capacidade de inclusão social.

Se o município de Balneário Camboriú realmente estiver interessado em elaborar sua política e gestão de resíduos sólidos, poderá encontrar na lei 12.305/2010, uma iniciativa já com efeitos práticos, primeiramente com a implantação e participação da Cooperativa efetivamente e, em segundo plano a eliminação gradual dos lixões a céu aberto.

Outro aspecto que no município de Balneário Camboriú não está sendo observado, justamente por não existir, ainda, uma política pública específica à coleta seletiva é o que diz respeito aos atravessadores, ou sucateiros, que por possuírem uma infraestrutura um pouco melhor que as cooperativas acabam atrapalhando a produção e comercialização dos materiais recicláveis por parte dos catadores e diminuindo a inclusão social.

O Presidente da Coopermar fala que o catador é um empreendedor nato, e se fizermos uma analogia com uma política pública empreendedora, podemos observar que faz sentido, pois a mesma traz benefícios coletivos e enfrenta uma dificuldade real.

O município de Balneário Camboriú ao deixar de elaborar políticas públicas voltadas aos aspectos econômicos, políticos, sociais, educacionais e de infraestrutura à Coopermar está deixando de proporcionar o desenvolvimento e integração dos catadores e seus familiares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os objetivos específicos do trabalho, um mereceu maior destaque, qual seja: caracterizar como as práticas contribuem para superação da situação de pobreza, em todas as suas dimensões, econômica, política, social, pelos cooperados da Coopermar,

Foi observado que houve uma sensível diminuição da pobreza econômica entre os cooperados, com uma melhora em suas rendas, porém o maior ganho ou autonomia dos cooperados foi observado quanto às conquistas na dimensão política e social da pobreza, as superações do quadro extremo de vulnerabilidade social da “não cidadania”, mesmo que para uma cidadania “assistida”, porém percebida pelos mesmos e dando-lhes algum conhecimento a respeito de seus direitos e já não serem mais facilmente transformados em “massa de manobra”.

Outra observação foi quanto ao convívio social dos cooperados, que na maioria dos depoimentos relataram a criação de vínculos de amizade, respeito, responsabilidade pelas tarefas e “ambiente familiar” na Cooperativa, laços estes, que a maioria perdeu nas suas histórias de vida relatadas. O que nos leva a pensar que o modelo de autogestão adotado pela Cooperativa possibilita a criação ou recriação desses laços de confiança e ajuda mútua.

Ficou evidenciado, como visto no referencial teórico, que realmente a assistência social é de grande importância num primeiro momento de “total fragilidade” econômica, onde se tem que buscar comida no lixo, mas que essa assistência, para cumprir com seus objetivos, deve levar à evolução e autonomia para que o ser humano conquiste sua sobrevivência dentro de um processo emancipatório. E nesse aspecto, vimos que a condição de moradores de rua da maioria dos cooperados antes de trabalharem na Cooperativa foi superada, mesmo que minimamente, após a adesão e trabalho na Coopermar.

Poderá ser objeto de novo trabalho e pesquisa o desenrolar da política de resíduos sólidos do município que está em fase de finalização e, se esta incluirá objetivamente, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o trabalho da Cooperativa de catadores e também, observar se foi implantado ou não o Projeto Cubos, tão bem pensado e elaborado pela Coopermar, Ministério Público, e Universidades da Região do Vale do Itajaí.

E ainda, se implantado o Projeto Cubos, a pesquisa poderá observar de

quanto será o aumento do número de Cooperados, de quanto será o aumento da renda dos Cooperados e também a diminuição no envio de materiais indevidos ao aterro sanitário, diminuindo os efeitos negativos do lixo no meio ambiente.

Através das observações na Coopermar e do enfrentamento da pobreza por parte dos cooperados se constata que a insuficiência de renda é uma das faces da pobreza, sendo consequência do modelo de desenvolvimento que provoca o aumento da desigualdade, da exclusão política e da não cidadania, onde muitos não têm acesso aos bens mais essenciais à vida e nem conhecimento dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. **A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais**. Brasília/DF, 2010. Disponível em <www.rts.org.br> Acesso em: 12 mar. 2017.

BAUMGARTEN, M. Ciência, tecnologia e desenvolvimento. Redes e inovação social. In: **Parcerias estratégicas**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 26, p. 101-123, junho de 2008. Disponível em: <<http://seer.cgee.org.br/index.php/parceriasestrategicas/article/view/321>>. Acesso em 02/maio/2017.

BEDANI, M.; VEIGA, H. M. S. Práticas Organizacionais: uma contribuição teórica. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 8 (2), jul -dez, 2015, 428 – 442. Brasil, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v8n2/v8n2a11.pdf>> Acesso em: 21/out./2017.

BENINI, É. A. **Sistema orgânico do trabalho**: arquitetura crítica e possibilidades. São Paulo: Ícone, 2012. Disponível em: <<https://incubadorasocialpuhrs.files.wordpress.com/2013/11/sistema-orgc3a2nico-do-trabalho.pdf>>. Acesso em: 29/out./2017.

BRASIL. **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)**. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento>>. Acesso em 20/out./2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 20/abr./2017.

BRASIL. Secretaria de Governo. Edital para premiar boas práticas de inclusão de catadores. **Jornal O Diarinho**. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2015/setembro/22-09-2015-secretaria-geral-lanca-edital-para-premiar-boas-praticas-de-inclusao-de-catadores>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRASIL. Secretaria de Governo. Premiação. **Jornal O Diarinho**. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2015/cidade-pro-catador-premia-praticas-de-inclusao-conheca-os-vencedores>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

CASTANHO, P. Uma introdução aos grupos operativos: teoria e técnica. **Vínculo**, vol. 9, nº. 1, jun./2012. São Paulo. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000100007>. Acesso em: 16/maio/2017.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM – CEMPRE, 2014. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br>>. Acesso em: 21/abr./2017.

DALL'AGNOL, C. M.; FERNANDES, F. S. **Saúde e autocuidado entre catadores de lixo**: vivências no trabalho em uma cooperativa de lixo reciclável. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15nspe/pt_02.pdf>. Acesso em: 07/abr./2017.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como oportunidade. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política (pobreza humana)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. Disponível em: <<http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Politica%20-%20Pedro%20Demo.pdf>>. Acesso em: 29/ mar./2017.

FERNANDES, R. M. C. Caminhos das tecnologias sociais. In: **Reflexões iniciais**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.fijo.org.br>. Acesso em: 21/abr./2017.

GODOY, S. Arilda. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. ERA-Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, Maio/Jun.1995. Disponível em: <https://ead.ufrgs.br/navi/agenda/pdf.php?COD_ARQUIVO=135305>. Acesso em: 05/maio/2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/13_1219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 31mar. 2017.

IVO, B. L. Anete. A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Cimadamore, A.; Hartley, D.; Siquiera, J. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/crop/pobreza/02brito.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

JORNAL O DIARINHO. **Cooperfoz e Coopermar querem que as prefeituras contratem as cooperativas**, 21/ago./2017.

JORNAL O DIARINHO. **Região Recicla 3% do Lixo que Produz**. Notícias/especial, 21/ago./2017.

JORNAL PÁGINA 3. **Serviço de catadores será debatido em audiência pública, 31/mar./2017**. Disponível em: <<http://www.pagina3.com.br/cidade/2017/mar/31/2/servico-de-catadores-sera-debatido-em-audiencia-publica-no-dia-17>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

KLIKSBERG, Bernardo. Gerência Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras. In: **Pobreza**: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994, p. 127-146.

MISOCZKY, Maria C. A. *et al.* Autogestão e práticas organizacionais horizontalizadas: Amplificando sinais. **V Encontro de estudos organizacionais da ANPAD**. Belo Horizonte - MG. 18 a 20 de junho de 2008. Disponível em: <<http://Práticas%20Organizacionais%20>>. Acesso em: 18/abr./2017.

SOUZA, J. R. Tecnologias sociais e políticas públicas. Um exercício de democratização para o desenvolvimento social. **Rede de Tecnologia Social-RTS**. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <www.rts.org.br>. Acesso em: 09/mar./2017.

TAVARES, A. O. O trabalho dos catadores da associação engenho do lixo: entre a necessidade econômica e o discurso da consciência ambiental. **Cadernos Gestão Social**, v. 4, n.1, p. 117-133, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://ead.ufrgs.br/navi/agenda/pdf.php?COD_ARQUIVO=129581> Acesso em: 28/abr./2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** n. 110, Abr./Jun./2012. Disponível em: <<http://Pobreza%20no%20Brasil%20Contemporâneo%20e%20formas%20de%20seu%20enfrentamento%20Yazbek.html>>. Acesso em: 18/abr./2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **R. Pol. Públ.**, v. 9, n. 1, p. 217-228, jul./dez./2005. Disponível em: <<http://Pobreza%20no%20Brasil%20Contemporâneo%20e%20formas%20de%20seu%20enfrentamento%20Yazbek.html>>. Acesso em: 18/abr./2017.

APÊNDICE A: DIÁRIO DE CAMPO

A pesquisa foi realizada na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú – Coopermar, com os cooperados, sendo divididas as entrevistas entre a Direção e os demais cooperados em datas e visitas distintas. O horário estabelecido previamente foi o período da manhã, nas quintas-feiras, por ser esse o melhor horário para ambas as partes.

O conteúdo dos questionários realizados com os cooperados foi registrado parte em vídeo e parte em folha de papel, sendo que os mesmos tiveram acesso ao questionário durante a sua realização e nenhum nome foi registrado ou dados pessoais, preservando a pessoa.

17 de AGOSTO

Neste dia foi a primeira visita à Cooperativa para conversar com o Presidente, conhecer mais detalhadamente a Cooperativa e combinar as próximas visitas de acordo com a disponibilidade deles e da entrevistadora para responder aos questionários.

24 DE AGOSTO

Início da coleta de dados para o desenvolvimento do estudo de caso.

Na conversa com o Presidente, este falou da visível falta de estrutura da Cooperativa e das dificuldades enfrentadas desde o início das atividades em 2009.

Falou do descaso e falta de interesse das autoridades, principalmente da Prefeitura Municipal, quanto à questão da reciclagem do lixo na cidade de Balneário Camboriú.

Falou de interesses que existem por trás dessa falta de apoio, dos acordos com a entidade e outros municípios que administram o lixão, aonde vai a maioria dos resíduos que deixam de ser reciclados.

Falou sobre a Legislação que não é cumprida pelo município, falou também sobre as leis que dizem respeito ao meio ambiente, manejo dos resíduos sólidos, as leis municipais que não são cumpridas e que a grande maioria das conquistas da Cooperativa tem o apoio do Ministério Público através do Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca.

Ficou combinado que as visitas a campo aconteceriam às quintas-feiras, na parte da manhã que é o período que a entrevistadora tem disponibilidade de horário e na Cooperativa não há atividades extras neste dia da semana, já que às sextas-feiras é dia de vendas dos materiais reciclados e essa atividade demanda tarefas contínuas dos cooperados e, portanto, não seria bom haver interrupções.

31 DE AGOSTO

O Presidente falou sobre os cooperados e sobre a relação entre eles, como acontece o trabalho, citando a via SOT - sistema orgânico de trabalho, que trabalham em média de 08 a 10 horas dependendo da demanda, do tipo de material que chega e dependendo o tipo de trabalho a ser desenvolvido a cada dia.

Existe a quota produção, o prêmio por produção.

Alguns estudam a noite (daí trabalham menos horas)

Outros, às vezes se revezam na função de vigia...depois do dia de trabalho, permanecem no local, para dormir e vigiar a Cooperativa, pois, acreditem, vêm catadores e atravessadores roubar materiais já separados para revender.

O que ele mais salienta é que é preciso e tenta de todas as maneiras chamar mais catadores para a Cooperativa, quer os cooperados engajados e considera o catador um empreendedor nato.

Falou do histórico de alguns catadores, e que a maioria tem o mesmo perfil de vulnerabilidade social, o estigma de catador, a dificuldade de eles se integrarem na comunidade, a falta de apoio da família (quando tem) ...

Falou sobre cursos que fazem e que são muitos em Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre, outras cidades, com temas diversos como por exemplo, como agregar cooperados; participação de renda; conhecimento do material reciclável; organização de grupos; formas de levar a cooperativa até o catador.

Falou também sobre o sonho de ver o Projeto Cubos idealizado pela Coopermar junto ao Ministério Público (baseado no modelo da cidade de Foz do Iguaçu no Paraná) virar realidade assim que ficar definido a política de resíduos sólidos no município, o que está sendo amplamente discutido nesse ano de 2017, em vista do prazo que o município tem de se ajustar à legislação.

Nesse Projeto CUBOS a própria cooperativa faria a coleta nos eco pontos que a própria Coopermar juntamente com outras entidades e iniciativa privada estabeleceram e já são recolhidos em alguns locais pela atual empresa, faltando apenas implantar a coleta nos ecos pontos que ficam em locais públicos, como ruas, avenidas, etc, para isso falou que a cooperativa havia alugado um caminhão para fazer essa coleta – se ficar decidido que a Prefeitura não renovar com a a atual empresa a Ambiental, que é quem tem a concessão para realizar esse trabalho.

Falou sobre a relação e convivência entre os catadores, que existe no final do ano a “festa do catador”.

14 DE SETEMBRO

Foi dado seguimento às entrevistas com os cooperados e vice-presidente, (fotos e vídeos) conforme segue a transcrição:

QUESTIONÁRIO COM RESPOSTAS

PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE (em dias alternados)

1) Você pode contar um pouco a história da Cooperativa? (pedir número de cooperados se o entrevistado não disser)

O Presidente falou do início das atividades como catador, que veio a Balneário Camboriú pela promessa de vida melhor, cidade em crescimento e qualidade de vida e “não era bem assim”. No gargalo da situação se viu obrigado a começar com a reciclagem e soube que já existia uma Cooperativa de reciclagem no município. Nesse momento percebeu que os antigos catadores da cidade estavam sendo barrados pela Lei municipal número 2.802/2008 que tirava o catador da rua.

Regulamentada pelo Decreto nº 5915/2010:

“Dispõe sobre a padronização, ordenamento e circulação dos carrinhos movidos por propulsão humana, utilizados pelos trabalhadores informais, na coleta de resíduos sólidos recicláveis, nos logradouros públicos, no âmbito do município de Balneário Camboriú, e dá outras providências”.

Disse então que, percebendo a necessidade de se organizar melhor, se reuniram e decidiram que deveriam lutar para continuar com o trabalho, pois não estavam mais sozinhos, existia agora um Movimento Nacional dos Catadores. Nos agregamos a esse movimento que nos deu condições e conhecimento do lixo, que não é o termo correto – é com resíduo sólido que nós trabalhamos.

Outro ponto é que há atravessadores que não pagam preço justo para os catadores e precisam se mobilizar para que mais catadores se tornem cooperados, fortalecendo assim a Cooperativa. Hoje são 18 Cooperados e esse número pode aumentar e muito se conseguirmos conscientizar os catadores que a renda será maior eles sendo cooperados.

Para isso precisamos do apoio do poder público, cujo auxílio desde o início foi ínfimo, o básico do básico, disse. “Infelizmente, o poder público não dá estrutura e não valoriza o nosso serviço”. Como podemos observar em uma reportagem no Jornal local, “O Diarinho”:

O Presidente da Coopermar, que congrega 18 cooperados, Cléber Marques Maciel, é um ferrenho crítico da falta de apoio da prefeitura de Balneário Camboriú durante os oito anos de existência do empreendimento. Segundo ele, até agora o que se recebeu da administração pública foi um veículo para transporte e seis cestas básicas todos os meses. “Esse lugar tem 30 anos e nunca colocaram um prego aqui. Pagam para uma empresa privada fazer a triagem do lixo que chega no aterro e não pagam pelo trabalho que fazemos”, argumenta. (DIARINHO, 21 de agosto de 2017).

Há ainda o problema do terreno da Coopermar. O mesmo fica no alto de um morro, na Várzea do Ranchinho, a poucos metros da BR-101. A falta de estrutura é visível. Sem um galpão para fazer a triagem, os cooperados trabalham debaixo de chuva ou do forte sol coletando e separando o que os caminhões jogam no chão do terreno quase lotado de lixo. Este terreno onde fica a Cooperativa é a principal reivindicação dos catadores e, que está atualmente “tomado pelo convencimento”. Está registrado como sendo da Prefeitura e, isso tem sido um empecilho para os cooperados conseguirem apoio de instituições, para realizar melhorias no local.

2) E os cooperados, quem são? Se você tivesse que fazer um perfil dos cooperados, de homens e mulheres, como você caracterizaria eles?

Falou do histórico de alguns catadores, e que a maioria tem o mesmo perfil de vulnerabilidade social, o estigma de catador, a dificuldade de eles se integrarem na comunidade, a falta de apoio da família (quando tem), que a grande maioria era morador de rua antes de trabalhar na Cooperativa.

Muitas mulheres estão acompanhando os maridos na atividade de reciclagem ou mesmo tomando a frente devido a situação financeira, e disse que tem aumentado muito o número de mulheres, inclusive na Cooperativa tem mais mulheres (cooperadas) do que homens (cooperados).

Falou que é gratificante ver os que aprenderam a fazer reciclagem, aprenderam a conviver em grupo, alguns largaram as drogas e hoje estão livres do vício e que é muito mais gratificante devolver a condição de cidadania para três cooperados que chegaram até a Cooperativa, sem documentos, sem família, sem “nada” e foi regularizada a situação dos mesmos através da ajuda de uma advogada que se sensibilizou com a situação dos

mesmos.

Hoje os mesmos já não estão mais na Cooperativa, um está numa empresa maior aqui da cidade mesmo, outro já foi embora para sua cidade e assim seguem sua vida numa melhor condição.

3) Como é a rotina de trabalho na cooperativa?

O Presidente falou sobre os cooperados e sobre a relação entre eles, como acontece o trabalho, citando que é via “SOT” - sistema orgânico de trabalho- falando de autogestão, que as decisões são tomadas em conjunto, não há hierarquia, funcionando mais na horizontalidade e diálogo.

Nesse momento perguntei a ele o que era SOT, pois não tinha ouvido essa expressão ainda, daí ele explicou que em uma cooperativa ou associação, num sistema de autogestão, a tomada de decisão e o modo de enfrentar as dificuldades se dá a medida que os problemas aparecem e se reúnem para uma decisão em conjunto levando em consideração sempre o aspecto da solidariedade e cooperação entre o grupo.

Falou do horário de trabalho, que normalmente é em média de 08 a 10 horas dependendo da demanda, do tipo de material que chega e dependendo o tipo de trabalho a ser desenvolvido a cada dia.

Disse que existe a quota produção, prêmio por produção.

Alguns estudam à noite (daí trabalham menos horas), outros, às vezes, se revezam na função de vigia, depois do dia de trabalho, permanecem no local, para dormir e vigiar a Cooperativa, pois, acreditem, vêm catadores e atravessadores roubar materiais já separados para revender.

Os Cooperados (as) ainda tem que ajudar nas atividades de limpeza e organização da cozinha, do banheiro, do pátio.

O que ele mais salienta é que é preciso e tenta de todas as maneiras chamar mais catadores para a Cooperativa, quer os cooperados engajados e considera o catador um empreendedor nato.

4) O que as pessoas fazem nos intervalos, como o horário de almoço?

A Vice Presidente falou que depende do dia, de como estão se sentindo, muitas vezes almoçam e pegam papelões do lixo para deitar em cima, numa sombra, e dar uma descansada, “tirar uma sonequinha”, outros fazem as tarefas do dia, cada dia ou semana são designados os responsáveis para lavar a louça, limpar a cozinha, o banheiro etc... as tarefas de manutenção da sede. Mas agora com os celulares a maioria fica no celular mesmo. Perguntei se havia internet na sede (wi-fi) disponível e disse que não havia, cada um acessa por sua conta, plano individual.

5) As pessoas se reúnem para conversar sobre o trabalho, sobre a família? Como é a relação entre os cooperados?

Eles normalmente vêm de manhã com o carro do Resgate Social, porque fica um pouco distante da cidade, um ou outro vem de bicicleta ou se perdem a condução vem até a pé, ou acabam faltando o trabalho naquele dia.

Ao chegar eles tomam café, se não tomaram em casa, e na hora do almoço a Vice-Presidente falou que conversam sobre tudo, as dificuldades, os sonhos, os desafios, os problemas de cada um, familiar, financeiro, solidão, doenças, drogas e que conversam bastante para não terem recaídas em relação às drogas. As mulheres que são maioria conversam bastante sobre os filhos, escola, atividades que têm que fazer ainda ao chegar em casa, depois do trabalho na Cooperativa.

6) Quais são as parcerias que a cooperativa tem?

Prefeitura principalmente através da Secretaria de Inclusão Social e da Secretaria do Meio Ambiente; Disse que o Ministério Público é um forte parceiro; as Universidades da região – UDESC, UNIVALI, AVANTIS, FURB; a empresa privada que faz a coleta de resíduos sólidos na cidade – a AMBIENTAL; Instituto Eco Cidadão-Lixo Zero e alguns empresários.

Disse o Presidente: “Há muitas tendências que vêm sendo utilizadas no Brasil e em outros países que podem ser adaptadas em Balneário. Muitas coisas vão para o aterro e não deveriam, que poderiam ser reaproveitadas. Por isso também estamos contando com a presença do Instituto Lixo Zero e das instituições de ensino da região”.

Disse que realizam vários cursos relacionados à como agregar cooperados, vulnerabilidade social, conhecimento e valoração de materiais, legislação etc... uns são aqui em Balneário Camboriú mesmo e outros em outras cidades a até outros Estados.

7) Quais você acha que são os sonhos dos cooperados? O que as pessoas desejam para elas e para suas famílias, daqui a 10, 20 anos...

Com certeza não querem essa vida para seus filhos – embora tenham consciência que trabalhar sem um patrão pegando no pé é ter um pouco de liberdade, ao mesmo tempo sabem que o catador é estigmatizado, é um trabalho árduo, difícil e também um trabalho “sujo” no sentido literal de lidar com sujeira, com restos de comida misturada aos demais resíduos, então isso faz com que desejem arrumar um trabalho “melhor”.

Outros cooperados não se preocupam com o dia de amanhã, só querem receber o que tem direito ao final do dia, da semana ou do mês e ir pra casa, pra rua ou para onde quiserem “aproveitar a vida” e isso faz com que às vezes alguns não se preocupem em aprender uma nova tarefa, uma nova atividade que é proposta ou até mesmo permanecer mais tempo na Cooperativa.

8) Como você vê o futuro da Cooperativa?

A Cooperativa quer assumir a coleta na região, quer a aplicação da lei federal e a chance de crescer não apenas recebendo, mas também fazendo a coleta seletiva na cidade.

Segundo o Presidente, entregar a responsabilidade da coleta seletiva para as Cooperativas seria um trabalho de resgate social muito mais eficaz do que acontece hoje nas cidades com as casas de apoio e estruturas similares. “De 18 nós poderíamos passar a congregar 400 cooperados. Eles precisam deixar o catador fazer o trabalho que sabe e isso vai ajudar a gerar renda para a população mais carente”, afirma.

Mas o mais importante é a conscientização por parte da sociedade, de um alinhamento, partir de uma comunicação, de uma cobrança que a sociedade deve fazer a cobrança do setor público, uma educação ambiental no dia a dia.

Leis que existem e não são cumpridas, e nós os Cooperados não podemos obrigar o poder público a cumprir, quem tem que exigir isso é a sociedade.

PARA COOPERADOS

Davi: 24 anos, cursou somente o ensino fundamental, está há quatro anos na Cooperativa, antes estava desempregado e era morador de rua.

Adão: 55 anos, cursou somente o primário, está há três anos na Coopermar, era morador de rua e estava desempregado.

Zé: 46 anos, cursou somente o primário, há dois anos na Cooperativa, desempregado, morador de rua.

Estela: 23 anos, tem dois filhos, cursou o ensino fundamental e abandonou a escola, está na Cooperativa há um ano e meio, estava desempregada e com dificuldades de arrumar emprego devido à falta de instrução.

Maria: 58 anos, só cursou o primário, está há cinco anos na Cooperativa, antes só ficava em casa fazendo as atividades do lar e cuidando dos filhos que hoje já estão adultos.

Salete: 22 anos, tem quatro filhos, cursou o ensino fundamental, estava desempregada e não conseguia emprego porque não tinha onde deixar as crianças, está há dois anos na Cooperativa e deixa os filhos na creche para ir trabalhar.

1) Como você chegou aqui na Cooperativa? O que você fazia antes?

Cooperado-Davi: “Eu era morador de rua e foi o Resgate Social que me trouxe até a Cooperativa, que me acolheu, me deu moradia nos primeiros tempos e hoje divido aluguel com um colega daqui”.

Cooperado-Adão: “Foi num momento de dificuldade, eu não tinha emprego, não tinha estudo e tava morando na rua, daí a assistência social me apresentou a Cooperativa, eu gostei de aprender esse serviço e quero aprender cada vez mais”.

Cooperada-Estela: “Eu estou aqui faz um ano e meio, uma amiga me falou que estavam precisando de gente pra trabalhar, daí eu vim, tenho família que preciso ajudar a sustentar”.

Cooperado-Zé: “Eu era morador de rua e a equipe do Resgate Social me convidou pra eu trabalhar na Cooperativa, deixar as ruas, e eu vim”.

Cooperada-Maria: “Eu trabalho aqui já faz cinco anos, eu tenho marido, filhos grandes já, mas tenho que ajudar no sustento em casa e gosto de trabalhar aqui”.

Cooperada-Salete: “Descobri a Cooperativa através de um amigo meu que já trabalhava aqui, eu vim de outra cidade a procura de emprego e vida melhor, a situação tava difícil, tenho quatro filhos e sou solteira então esse é meu ganha-pão para o sustento”.

2) Quais as atividades que você faz aqui?

Cooperado-Davi: “Eu trabalho em todos os setores, depende de onde precisa mais gente, às vezes é abrir os sacos de lixo, separar, na esteira, prensar, a gente passa por todos e, também sou o atual secretário da Cooperativa”.

Cooperado-Adão: “Eu também trabalho em todas as frentes, onde precisa a gente vai”.

Cooperada-Estela: “Eu já trabalhei e trabalho em todos os setores, mas prefiro ficar na esteira”.

Cooperado-Zé: “A gente não tem só um setor pra trabalhar, depende do dia, tem que ser onde precisa mais gente”.

Cooperada-Maria: “Eu faço de tudo, mas gosto mesmo é de fazer a separação dos vidros”.

Cooperada-Salete: “Eu faço de tudo, não tem só uma atividade, e ainda a gente ajuda na organização da cozinha, banheiro, pátio”.

3) Você pode falar um pouco do seu dia-a-dia, dentro e fora da cooperativa?

Cooperado-Davi: “Então, como eu já falei, a Cooperativa me acolheu e me ensinaram tudo, desde educação, higiene, eu não sabia nada de material reciclável, nada de separação, do valor de cada coisa. Aprendi tudo aqui na Cooperativa”.

Cooperado-Adão: “Tenho muito a agradecer a Cooperativa, que me deu uma oportunidade, aqui a gente se entende bem, o trabalho é duro, porque vem tudo misturado e a gente tem que separar e também perde muito material contaminado, mas eu quero continuar trabalhando aqui porque me sinto dentro de uma família”.

Cooperada-Estela: “Eu tenho uma família, e eu preciso muito ajudar no sustento deles, então eu venho pra cá todo dia, mesmo sabendo que não é um serviço muito bom de fazer, mas também tem dias que rende, já encontrei dinheiro na esteira, duas vezes, de trinta reais. E também porque aqui somos uma família é bom de trabalhar”.

Cooperado-Zé: “Nossa, aqui eu me sinto como minha verdadeira família, recebi educação, trabalho, oportunidade para meu sustento, não tem preconceito, e não pretendo sair”.

Cooperada-Maria: “Eu gosto de trabalhar aqui, porque não é porque sou de idade que devo

ficar em casa dormindo, tem que trabalhar, faz bem, e ajuda na renda familiar, e como ajuda”.

Cooperado-Salete: “Sou muito agradecida por ter encontrado esse trabalho aqui na Cooperativa, além de ser tudo amigo, é minha segunda família, melhor que lá em casa. O dinheiro que ganho aqui, uma semana guardo para ajudar no aluguel na outra eu compro o que precisa, e assim vai. Sou o pai e mãe da casa, tenho que me virar com o que ganho aqui”.

4) Como é a sua relação com os colegas?

Cooperado-Davi: “Nós somos uma família, todo mundo se trata bem, eu no começo morava aqui na Cooperativa e hoje divido aluguel com um colega daqui”.

Cooperado-Adão: “Somos todos tratados com respeito, e eu também respeito todos, homem e mulher, somos uma família, uns ficam pouco tempo e vão embora, outros ficam bem amigos”.

Cooperada-Estela: “Eu tenho minha família, mas aqui também é como se fosse minha segunda família, todos se dão bem”.

Cooperado-Zé: “tem respeito, educação, ninguém briga, não somos discriminados, é muito bom trabalhar aqui”.

Cooperada-Maria: “Eu sou casada, meu marido é encanador, meus filhos estão grandes já, mas eu quero, preciso e gosto de trabalhar aqui porque o ambiente é bom e o dinheiro ajuda na renda em casa”.

Cooperada-Salete: “Tem uma relação legal, todo mundo educado, não se fala palavrão, a gente se trata super bem, se faz algo errado corrige na hora, somos amigos, aqui é minha segunda família, é até mais família que lá na minha casa”.

5) O que você acha que poderia melhorar aqui?

Cooperado-Davi: “Ter um galpão pra gente fazer a separação dos materiais, porque quando chove, quando é frio e também no verão no calor é ruim trabalhar “no tempo”, mas o mais de tudo que podia melhorar era o lixo não vir tudo misturado como vem”.

Cooperado-Adão: “Tem muita coisa que podia ser melhor, não precisar faltar as coisas, como água tem que vir o caminhão pipa abastecer, o galpão tinha que ser bem maior, o lixo não ser tanto misturado como vem, porque daí a gente perde muito material”.

Cooperada-Estela: “Se a população tivesse consciência de tudo que pode ser reaproveitado eles iam saber separar melhor o lixo. O trabalho fica mais difícil daí”.

Cooperado- Zé: “A condição de trabalho é precária, porque a população não separa direito o lixo e a gente não tem nem as luva, as butina pra se proteger, precisamos de doação de ajuda de todo mundo”.

Cooperada-Maria: “Principalmente melhorar os espaços pra separar os materiais, o galpão é pequeno, só teto, a esteira tem dias que não funciona daí o serviço não rende, tudo é mais dificultoso”.

Cooperada-Salete: “A gente precisa de apoio da Prefeitura porque depois do incêndio que destruiu nossa usina no ano passado nós tamo trabalhando com muito mais dificuldade”.

6) Qual a importância da Cooperativa para você?

Cooperado-Davi: “Ah é aqui que eu aprendi e to aprendendo tudo pra um dia arrumar outro

emprego numa empresa mais grande. Aqui eu tenho como uma família”.

Cooperado-Adão: “É muito importante porque é a única fonte de renda para meu sustento e aqui tenho amigos com quem posso conversar”.

Cooperada-Estela: “Muito importante porque daqui sai o sustento principal da minha família e também porque a gente ajuda a tirar o lixo da natureza”.

Cooperado-Zé: “A Cooperativa é onde tenho tudo, educação, amigos, família, porque eu morava na rua e não tinha nada disso”.

Cooperada-Maria: “Essa renda que ganho com os recicláveis ajuda e muito em casa, e não fico dormindo ou pensando besteira, faz bem trabalhar”.

Cooperada-Salete: “Tudo, significa tudo, sem esse trabalho não tinha como manter minhas quatro filha, e aqui eu do risada, eu choro eu tenho amigos e tenho trabalho e renda”.

7) E como você vê o trabalho que você faz aqui perante a sociedade?

Cooperado-Davi: “Nós não somos valorizados, nosso serviço a população não dá valor e não se preocupa em separar resto de comida do lixo que pode reciclar. A população não valoriza a natureza e nem o serviço dos catadores”.

Cooperado-Adão: “Nós ajudamos a tirar lixo da rua, a sociedade não reconhece isso, pouca gente dá valor para nosso serviço”.

Cooperada-Estela: “Aqui nós ficamos com uma parte só do que eles consome, só a parte final e ainda assim chega tudo misturado que não dá pra aproveitar, é uma pena isso”.

Cooperado-Zé: “Eles ve a gente como bicho quase, ninguém gosta de catador, pensam que é só drogado e que é perigoso. Muitos não sabem que já tive que come comida do lixo porque não tinha o que come e tava misturada com outras coisas. A gente queria que tivessem consciência de fazer a separação correta, ia ser muito melhor”.

Cooperada-Maria: “Nós tiramos muito lixo da natureza, se isso tudo que a gente separa aqui pra reaproveitar fosse pro lixão ia acabar na natureza, mas ainda falta muito pra sociedade saber que ela é muito responsável pelo lixo que produz”.

Cooperada-Salete: “As pessoas não ligam pra o serviço dos catador, acham que é a Prefeitura que tem que dar conta de recolher o lixo, não dão valor, mas um dia isso vai mudar”.

8) Como você vê a Cooperativa e você no futuro?

Cooperado-Davi: “Acho que vai melhorar se a população ajudar e também cobrar da Prefeitura que ela tem que ajudar a Cooperativa para dar fim a tanto lixo que é produzido na cidade de Balneário Camboriú. Eu quero aprender sempre mais para um dia trabalhar numa empresa grande, arrumar outro emprego”.

Cooperado-Adão: “Eu acho que vai melhorar, eu vou continuar por aqui, aprendendo cada dia mais e vivendo minha vida”. “Nós queremos que a Prefeitura pague um salário pra nós, porque, afinal de contas nós tamo fazendo um serviço que era pra ela fazer”.

Cooperada-Estela: “Eu acredito que tem que melhorar porque as pessoas vão ter que cuidar melhor da separação do lixo, eu não tenho estudo e nada então vou ficando por aqui, mas não quero que meus filhos trabalhem com lixo”.

Cooperado-Zé: “A Cooperativa vai ficar cada vez mais forte porque a gente tá se unindo pra juntar mais catadores fazer cobranças. As leis também tem que melhorar a nossa situação e a Prefeitura deveria pagar um salário fixo pra nós, estamos lutando pra isso”.

Cooperada-Maria: “A Cooperativa acho que vai sempre existir, porque é um serviço para a sociedade, eu já tenho uma idade e vou trabalhar até que tenho saúde”.

Cooperada-Saete: “Por enquanto a situação ainda é difícil, mas vai melhorar, as coisas tem que ficar melhor, mais gente ajudando, se conscientizando e eu criando minhas filhas, não tenho muito que fazer porque parei de estudar, e daí fica difícil arrumar outro emprego”. “Mas a gente tá lutando pra faze com que a Prefeitura pague um salário pra nós, porque tamo ajudando a limpar a cidade e a natureza”.